



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS – CCN
COORDENAÇÃO DE ARQUEOLOGIA E
CONSERVAÇÃO DE ARTE RUPESTRE – SIGLA**



BRUNO CARVALHO PEREIRA CAMPOS

**A IMPORTÂNCIA DAS FAZENDAS NACIONAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO
ESTADO PIAUIENSE**

TERESINA

2024

A IMPORTÂNCIA DAS FAZENDAS NACIONAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTADO PIAUENSE

Monografia apresentada à Coordenação de Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre (SIGLA), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

À minha tia Dayse (*In memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente aos meus pais: Denilson José de Freitas Campos e Denise de Carvalho Pereira Campos, pelo amor, apoio e incentivo constantes. Agradeço também à minha falecida tia Dayse, cuja generosidade e suporte, juntamente com minha querida avó, foram fundamentais para que eu pudesse morar e estudar em Teresina, no Piauí. Minha gratidão se estende à minha namorada, Fox, que esteve comigo durante todos esses anos, oferecendo carinho e compreensão inestimáveis; à minha orientadora, Maria do Amparo, pelo suporte. E, acima de tudo, agradeço a Deus pela força e sabedoria concedidas ao longo desta jornada.

RESUMO

A construção econômica e social do Piauí foi profundamente influenciada pelas fazendas, especialmente aquelas pertencentes a Domingos Mafrense, que ficaram conhecidas como fazendas nacionais. Este trabalho tem como objetivo, investigar a importância das fazendas nacionais na formação do estado do Piauí. O estudo destaca a relevância histórica, econômica e social dessas propriedades rurais na consolidação territorial e no desenvolvimento socioeconômico da região. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com ênfase no levantamento bibliográfico, análise documental e na pesquisa de campo. As principais fontes de dados foram documentos bibliográficos como: livros, dissertações, teses e artigos; no mais, documentos históricos e registros encontrados no Arquivo Público do estado do Piauí, complementados por entrevistas e observações realizadas no Assentamento Algodões. Os resultados mostraram que as fazendas nacionais foram fundamentais para a formação do estado do Piauí, atuando como alicerces do desenvolvimento econômico e social da região. A pesquisa reforça a importância de preservar e valorizar o patrimônio histórico e cultural ligado a essas propriedades, reconhecendo seu impacto duradouro na identidade piauiense.

Palavras-chave: Domingos Mafrense. Fazendas Nacionais. Piauí. Inspeções. Gado *Vacum*. *Jesuítas no Piauí*.

ABSTRACT

The economic and social construction of Piauí was deeply influenced by the farms, especially those belonging to Domingos Mafrense, which became known as national farms. This work aims to investigate the importance of national farms in the formation of the state of Piauí. The study highlights the historical, economic and social relevance of these rural properties in the territorial consolidation and socioeconomic development of the region. The research adopted a qualitative approach, with emphasis on bibliographic survey, documentary analysis and field research. The main sources of data were bibliographic documents such as: books, dissertations, theses and articles; in addition, historical documents and records found in the Public Archive of the state of Piauí, complemented by interviews and observations carried out in the Algodões Settlement. The results showed that the national farms were fundamental for the formation of the state of Piauí, acting as foundations of the economic and social development of the region. The research reinforces the importance of preserving and valuing the historical and cultural heritage linked to these properties, recognizing their lasting impact on the identity of Piauí.

Keywords: Domingos Mafrense. National Farms. Piaui. Inspections. Cattle Cow. jesuits in piaui.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Caminho percorrido por Mafrense	18
Figura 2: Mapa das inspeções	26
Figura 3: Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara. (Terminal Turístico) .	30
Figura 4: Artefatos fotografados no Espaço Cultural Maria Bonita	31
Figura 5: Usina Maria Bonita (Antiga Capela)	32
Figura 6: Antiga fábrica de laticínios	34
Figura 7: Igreja da Nossa Senhora da Vitória	37
Figura 8: prédio da prefeitura de Oeiras atualmente	38
Figura 9: capela de nossa senhora do Rosário	38
Figura 10: Santa Casa da Misericórdia	39
Figura 11: Mapa antiga Vila da Mocha	39
Figura 12: Sobrado Selemérico (antes e depois)	40
Figura 13: Principais fazendas nacionais abordadas	41
Figura 14: Fazendas Sedes das Inspeções	42
Figura 15: Base em pedra possivelmente da antiga residência	46
Figura 16: Região da residência do inspetor da fazenda	46
Figura 17: Carta escrita pela escrava Esperança Garcia	47
Figura 18: artefato encontrado no assentamento Algodões	49
Figura 19: Fazendas Sedes das Inspeções	51
Figura 20: Documentos sobre as fazendas nacionais encontrados no Arquivo Público do Piauí	61
Figura 21: Pasta encontrada na documentação das fazendas nacionais	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Inspeção de Nazaré.....	53
Tabela 2: Inspeção do Piauí.....	53
Tabela 3: Inspeção do Canindé	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O POVOAMENTO DO PIAUÍ E A CRIAÇÃO DAS FAZENDAS DE GADO	14
2.1 Povoamento da terra piauiense	14
3 AS FAZENDAS NACIONAIS	28
3.1 Percalços para a detecção das fazendas	51
4 METODOLOGIA	56
4.1 Tipo de pesquisa	56
4.2 Contexto da pesquisa	58
4.3 Procedimentos para análise	59
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

A formação do Brasil implicou dentre várias ações, o explorar, “povoar” e “colonizar”. Expedições foram feitas em 1530 como uma medida preventiva feita por Portugal contra a posse de outros países sobre a nova terra. O primeiro enviado foi Martim Afonso de Sousa que estabeleceu pontos estratégicos no litoral. A partir desse pressuposto, a ocupação do Brasil se desenvolveu por meio de ciclos que se dedicaram à exploração e à comercialização.

A primeira ação da coroa portuguesa dirigiu-se ao dividir o território que futuramente seria o Brasil em capitanias hereditárias, faixas de terra para a facilitação da ocupação; cada faixa teria como governante um capitão-donatário, cujas principais responsabilidades eram: promover o crescimento da sua capitania e proteger contra a invasão de estrangeiros e indígenas.

Dentro da perspectiva do crescimento econômico, no ciclo do açúcar, esse cristal foi um dos mais notórios produtos fabricados dentro da colônia. Durante os séculos XVI e XVIII, as terras da posse foram divididas para a implementação agrícola, sob esse viés, foram formados os engenhos: unidades encarregadas pelo processo de moagem da cana-de-açúcar. Esses engenhos foram instalados sobretudo nas sesmarias da região Nordeste da colônia, estendendo-se do Rio Grande do Norte até o recôncavo baiano, faixa escolhida pela facilidade na logística em manejar a produção para o exterior. Ainda entre os séculos XVII e XVIII, introduziu-se no Brasil-colônia, a pecuária de bovinos. Os bovinos foram trazidos para o continente sul americano pelas grandes navegações. O gado *vacum* chegou junto com os portugueses e holandeses trazidos da península ibérica, a maioria era gado europeu (*Bos taurus*), embora já houvesse mestiços de gado zebu (*Bos indicus*) (AnualPec, 2006).

A tendência era o desbravamento para a conquista dos territórios até então desconhecidos; apesar do gado nos engenhos terem sido uma importante fonte de proteína, sobretudo para os retirantes, essa divisão no mesmo espaço implicou com o consumo da plantação de cana pelos animais, em razão disso, eram necessárias outras regiões para a criação do gado.

A região até então desconhecida que hoje forma o estado do Piauí foi o local escolhido para a criação bovina que facilitou a povoação do local. Embora o clima não fosse tão favorável, a espécie de gado *vacum* se adaptou bem ao clima; toda a

ocupação desse território “hostil” pelas ações climáticas e pelas ações indígenas foi por meio da criação da espécie *vacum*. Essa ocupação através da manifestação pecuária foi a catalisadora para a construção do estado como ele é hoje. O principal sesmeiro foi Afonso Sertão/Domingos Afonso Mafrense, responsável pela formação de várias fazendas que contribuíram para a povoação territorial.

Diante dos fatos apresentados, a fazenda no território piauiense foi a detentora da sua construção, sobretudo as Fazendas Nacionais. No período colonial brasileiro, as grandes extensões de terras eram originalmente doadas aos primeiros desbravadores. Posteriormente, essas terras passaram a pertencer à Companhia de Jesus, mas após a expulsão da ordem em 1760, foram incorporadas pela Coroa Portuguesa e, em seguida, pelo Império. Com a instauração da República, as Fazendas Nacionais tornaram-se propriedade da União, que, por sua vez, arrendou ou vendeu parte dessas terras. Essa transição resultou na formação de diversos municípios no atual estado do Piauí. Fundadas por Afonso Sertão, fornecendo os principais pontos de concentração das estruturas que se tornaram cidades, no entanto, pouco se sabe sobre as mesmas em razão da escassez documental e/ou pouca acessibilidade às informações existentes. Portanto, há essa necessidade do resgate por parte da história que está esquecida pelos piauienses.

A intenção dessa monografia é evidenciar, sob o viés da Arqueologia Histórica, a notoriedade que essas fazendas nacionais tiveram para a formação da filha do sol¹ do Equador, além do levantamento de um pedaço da história esquecido. Logo, o pouco material elaborado pela temática das Fazendas Nacionais na construção do território piauiense implicou na produção dessa pesquisa, além disso, objetiva-se a utilização desse escrito como inspiração para futuras pesquisas.

Para isso, os objetivos propostos foram: analisar a importância das fazendas nacionais para a construção do território piauiense; ademais, elaborar mapas sobre algumas das fazendas levantadas e explicitar o processo de assentamento dessas fazendas para a produção bovina e ocupação da região e explanar a ordenação no que tange no pertencimento dessas fazendas e o que elas se tornaram hoje.

Essa monografia divide-se em cinco capítulos, considerando a Introdução e as Considerações finais. No segundo capítulo, denominado de O povoamento do

¹ Esse vocativo faz referência ao hino do estado do Piauí, no qual, utiliza-se essa nomenclatura para referir-se ao supracitado estado.

Piauí e as fazendas de gado, há a contextualização de como o estado do Piauí se formou a partir dos centros rurais conhecidos como fazendas. Durante a colonização do Piauí, as fazendas de gado foram importantes para a ocupação do território e para a economia local. Elas forneceram trabalho e influenciaram na cultura regional, contribuindo para a expansão e o desenvolvimento do território. Para isso, foram utilizados autores como: Abreu (1969, 1988), Cunha (1957), Miranda (1938), Mott (1985) e Prado Jr (1985,1987); respectivamente, na ordem dos autores, seus estudos auxiliaram na construção dessa monografia a partir do contexto colonial e imperial, dando ênfase nas dinâmicas econômicas e sociais; ademais, as evoluções agrícolas e industrial da região; estudos sobre a escravidão e resistência negra no Brasil; exploração das condições geográficas.

O terceiro capítulo tratou especificamente das fazendas nacionais, como citado, o Piauí teve uma formação histórica e social muito intrínseca à cultura rural; sob esse viés, a cultura da carne e do couro, produzidos pelas fazendas deram início a muitos centros rurais hoje presentes no estado. Domingos Afonso Mafrense, mais conhecido como Domingos Afonso Sertão; foi o principal sertanista responsável pelo esquadramento do Piauí, a partir disso, formou-se as conhecidas fazendas nacionais que posteriormente auxiliaram no desenvolvimento da região. Destarte; os autores que elucidaram essa parte foram: Ennes (1938), Stuart Filho (1960), Leite (1945), Carvalho (1985), Nunes (1981), Almeida (2022) e Arraes (2012); respectivamente, seus estudos estão pautados: a documentação significativa do processo de colonização do Piauí, as raízes culturais piauienses e o impacto das políticas de colonização para a fomentação da sociedade do supracitado território, a importância das fazendas e as práticas agrícolas para a construção do estado e a documentação das propriedades.

O quarto capítulo tratou da metodologia utilizada para o levantamento dos dados, a pesquisa qualitativa descrita pelos autores Denzin e Lincoln (2006) e Mazzoti (1998), possui uma abordagem interpretativa do mundo, ou seja, os pesquisadores estudam os cenários sociais, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que estão envolvidos, ou seja, quando o entendimento do contexto social e cultural do *corpus* é essencial para a pesquisa. A pesquisa foca nas Fazendas Nacionais do Piauí, utilizando uma revisão bibliográfica para investigar sua contribuição na formação histórica do estado. Dados foram coletados de fontes digitais e físicas, seguindo critérios rigorosos de inclusão

e exclusão. O objetivo é compreender a importância dessas fazendas na construção da sociedade piauiense, sistematizando aspectos históricos para análise detalhada.

O quarto capítulo, trouxe os resultados da pesquisa, por fim, Considerações finais, como fechamento do trabalho, ademais; as referências utilizadas.

2 O POVOAMENTO DO PIAUÍ E A CRIAÇÃO DAS FAZENDAS DE GADO

Nesse capítulo, contemplou-se a construção histórica do estado do Piauí, assim como sua ocupação através das fazendas de gado *vacum*. Essas fazendas eram conhecidas como fazendas de gado ou fazendas de criação e desempenharam um papel vital na economia colonial; auxiliando na ocupação territorial e conseqüentemente o estabelecimento de núcleos populacionais, muitas vezes ligados à exploração de recursos naturais como água e pastagens.

A exploração de gado bovino no Piauí estava conectada ao sistema de sesmarias, grandes extensões de terras concedidas pelo governo, essas concessões de terras muitas vezes levaram à formação de grandes propriedades.

2.1 Povoamento da terra piauiense

Durante o processo de “colonização” no Brasil, a região do Nordeste destinou-se à produção de cana-de-açúcar, dessa forma, havendo uma centralização do plantio canavieiro. Pela necessidade de outras atividades de produção como lenha, couro, leite e animais de tração, precisou-se encontrar novos espaços para a criação de animais, logo, buscou-se desbravar regiões que ainda eram “desconhecidas”.

Nesse ínterim, os portugueses esquadriharam o povoamento de terras não litorâneas no final do século XVII que seriam excelentes para a pastagem. A criação de gado tornou-se uma atividade complementar à produção de açúcar. Mas, apesar do seu estatuto secundário e subordinado, desempenhou um papel importante na exploração, conquista e povoamento do interior da região nordestina.

A conquista do território piauiense fazia parte de um projeto político português na tentativa de expandir o poder real, com o objetivo de evitar quaisquer tipos de invasões, sendo uma espécie de mediação na formação das relações políticas, econômicas e sociais de toda a colônia. Essas terras foram chamadas de indômitas, ou seja, hostis; indomados. Nessa conjectura, a coroa tinha infinito interesse em conquistar esses territórios e transformá-los em submissos.

A história econômica do Piauí Colônia foi determinada pela estrutura e pelo desempenho do sistema de colonização do Brasil. Estes dois elementos deram origem a um conjunto de fatores que impulsionou a expansão dos currais no interior do Nordeste, promovendo o alargamento da área de povoamento na região. Entre os fatores de ordem econômica destacou-se o

crescimento da agromanufatura açucareira, que passou a exigir - a ampliação da área canavieira, a intensificação do caráter monocultural da produção dos engenhos e a interiorização das atividades suplementares, como a pecuária e a agricultura de subsistência. Foi ainda decisivo desenvolvimento da atividade pastoril, verificado em decorrência do aumento do rebanho e do engajamento de pessoas desvinculadas da produção do açúcar (Brandão, 1995, p. 35).

O gado foi introduzido no Brasil quando a colonização oficial começou e alguns anos depois, os currais se espalharam por Salvador e Olinda. A princípio, o curral e o engenho de cana formavam uma única unidade. O gado foi criado na própria usina, fornecendo alimentação, transporte e tração para a moagem da cana. No entanto, o crescimento do rebanho foi incompatível com a expansão dos canaviais.

Segundo Abreu (1969), a pecuária nessas áreas não litorâneas era uma vantagem, sobretudo econômica, a espécie de gado *vacum* não tinha a necessidade de estar próxima ao litoral, se adaptando bem com as regiões infrutíferas para a cana-de-açúcar. Os currais foram despejados da Zona da Mata - zona dos grandes engenhos - embora permanecessem próximos aos canaviais do agreste. Logo, conquistando áreas do interior, no qual o tipo de solo e o clima não eram propícios ao cultivo da cana-de-açúcar. O gado se mudou para o interior do Nordeste a partir de dois principais centros de irradiação: Bahia e Pernambuco.

Desses centros de irradiação, espalharam-se os currais até o centro do Brasil, encontrando o rio São Francisco, onde foram instaladas as criações de gado nas proximidades, transpassando os limites do mesmo e Parnaíba. O centro pioneiro de irradiação em Olinda logo espalhou-se pelo Norte, atingindo as regiões do Rio grande do Norte, Ceará e Paraíba; como explica Prado Júnior (1987), o povoamento da Bahia foi o que resultou no “descobrimento” do estado do Piauí, nesse percurso, os portugueses chegam finalmente ao que se tornaria o território piauiense que se iniciou pela costa leste e o sul do estado.

Não demorou muito para que o Parnaíba se tornasse um criadouro de animais em suas margens e chegasse aos limites do estado do Maranhão. A casa da Torre administrada pela família portuguesa Ávila, anteriormente fundada na Bahia, responsabilizou-se pelo financiamento de conquistadores e aventureiros no Nordeste. No final do século XVII, o território piauiense era tão somente parte do sertão pernambucano que se estendia pelo rio São Francisco, os grupos indígenas, denominados de bárbaros, foram expulsos ou tomados como escravizados. Até no

século XVIII, o território piauiense ainda se encontrava muito isolado dos centros urbanos já estabelecidos, primeiro porque já pertencia a uma capitania, segundo porque mesmo com a instalação dos rebanhos, tudo era sertão. “[...] um sertão, cuja largura varia de doze a quinze e quarenta a cinquenta léguas, e que pode quase chamar-se um deserto” (Southey, 1965, p. 272).

Não há dúvidas de que a população do Piauí durante o período colonial se achava distribuída em pequenos grupos nas fazendas e sítios. Até mesmo nas vilas e cidades o número de habitantes não era muito expressivo. Por outro lado, a conquista e devassamento do território piauiense foi um processo intenso. O fato é que em meados do século XVIII, aproximadamente 100 anos após a concessão da primeira sesmaria, a área de colonização já apresentava os limites aproximados atuais do estado do Piauí (Brandão, 2011, p. 3).

Um dos principais aventureiros financiados fora chamado de Domingos Afonso Mafrense, ele liderou as excursões para a penetração no centro do Piauí. A princípio houve a instalação desse conquistador no rio Canindé (Mott, 1985) através da criação de 30 fazendas de gado (os autores divergem no número exato de fazendas deixadas pelo sertanista). Após a disseminação dessas fazendas pelo território piauiense, Ávila retorna para Bahia e essas fazendas ficam administradas a cargo dos vaqueiros. Os proprietários dessas grandes fazendas raramente moravam no Sertão. Gastam as rendas em distritos mais populosos, muitas vezes com luxo incrível, deixando a fiscalização a um mulato (Spix & Martius, 1938). A maioria dos sítios e fazendas pertenciam a Mafrense e Leonor Pereira que se meteram a pequenos criadores; Leonor era viúva do segundo Francisco Dias D’Ávila, herdeiro da casa da Torre da Bahia. Grande parte do Piauí pertencia a latifundiários baianos que não moravam na região, mais tarde isso seria estopim de conflitos por terras entre posseiros ou pequenos criadores com os sesmeiros que deixam os cuidados aos vaqueiros que “[...] viviam do arrendamento das fazendas de gado; de quatro cabeças que criavam lhes tocava uma, enquanto outros [os pequenos criadores] arrendavam a terra para sua própria criação” (Nunes, 2014, p. 92).

O arrendamento era uma taxa de pagamento anual ao sesmeiro pelo uso da terra. Nunes (2014) descreve que o padre Carvalho reclamara de algumas atitudes abusivas vindas de Mafrense e da Casa da Torre que excediam nos poderes concedidos aos mesmos, agindo como senhores feudais: “[...] eles queriam [a igreja] debaixo do título de sua riqueza. Tudo no Piauí deveria pertencer-lhes”. (Nunes,

2014, p. 92). Antes de firmar moradia em solo piauiense, Mafrense iniciou sua vida como reideiro de uma das propriedades da família Ávila, a fazenda Sobrado:

[...] achava-se estabelecido nestes confins da província de Pernambuco nas imediações do actual districto de Joazeiro, em uma fazenda de criar, um jovem portuguez de muita energia, que pouco depois, proximamente pelos anos de 1674, veio a ser o descobridor do alto Piauí. Chamava-se Domingos Affonso, e era natural da freguesia de São Domingos da Fanga da Fé, pouco mais de uma légua ao Norte da Ericeira, e por conseguinte perto de duas de Mafra no mesmo rumo, pelo que lhe chamaram Mafrense, bem que a dita freguesia fizesse parte do termo de Torres Vedras, segundo declaração do mesmo Domingos Affonso, chamado por autonomasia o Certão, appellido que ele próprio chegou a adoptar e de que usa em seu testamento (Porto Seguro, 19--., p. 279).

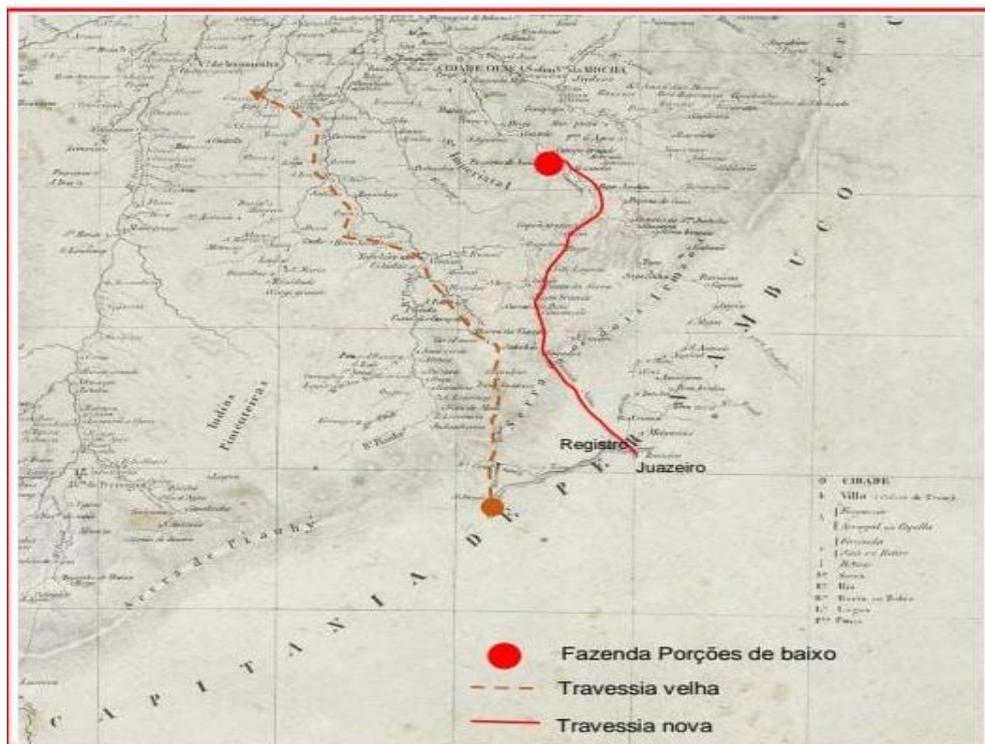
Essa fazenda estava localizada na capitania de Pernambuco. Em sua vivência na localidade, Cunha (1957) menciona o surgimento do coronelismo, nas relações dos senhores das terras e os reideiros, no mais, as raízes da ocupação:

Domingos Sertão centralizou na sua fazenda do Sobrado [no sertão pernambucano] o círculo animado da vida sertaneja. A ação desse rude sertanista, naquela região, não tem tido o relevo que merece. Quase na confluência das capitâneas setentrionais, próximo ao mesmo tempo do Piauí, do Ceará, de Pernambuco e da Bahia, o rústico landlord colonial aplicou no trato de suas cinquenta fazendas de criação a índole aventureira e irrequieta dos curibocas. Ostentando, como os outros dominadores do solo um feudalismo achamboado – que o levava a transmudar, em vassallos os foreiros humildes e em servos os tapuias mansos – o bandeirante atingindo aquelas paragens e havendo conseguido o seu ideal de riqueza e poderio, aliava-se na mesma função integradora ao seu tenaz e humilde adversário, o padre (Cunha, 1957, p. 92).

Mafrense ao receber as sesmarias do Vale do Canindé, deixa a fazenda Sobrado e muda-se para o Piauí, terras consideradas mais férteis que as pernambucanas (Miranda, 1938). Mafrense manda esquadrihar, ainda na fazenda, as terras que se estendiam além do rio; a mesmo, parte então em combate com uma tribo da região, a tribo Gurgueia, e já tinha a intenção de exigir como suas, as terras ali ainda inexploradas que demonstravam potencial para a plantação de capim mimoso, perfeita para o gado. Como o sertanista já tinha consciência de terras que seriam boas para plantio, já era esperado o esquadrihamento para os rebanhos e o aumento de seu latifundiário. Esse desbravamento se deu através do rio Piauí por ser o mais próximo da fazenda Sobrado, essa caminhada ficou conhecida como travessia velha, a primeira rota usada pelos desbravadores. A posse dessas terras passaria futuramente a serem doadas sem preocupação, o que seria um problema:

Correndo pela Bahia a nova descoberta de Domingos Afonso, não houve quem não quisesse possuir terras próprias, ou para cultivar, ou para criar, e por isso já em 1684 era crescidíssimo o número de sesmarias, dadas por diversos governadores de Pernambuco; porém dadas sem prudência, e sem as condições que as leis exigiam. Também os peticionários, ignorantes da topografia dos terrenos, pediam por sesmarias aqueles que os outros tinham já sido concedidos, e por ocasião das demarcações surgiam pleitos e contestações (Alencaste, 2015, p. 46).

Figura 1: Caminho percorrido por Mafrense



Fonte: AHEx apud Maria Betânia (2019).

Afonso Mafrense jamais retornou a Portugal, o homem outrora sertanista passou a ser criador de gado e mantinha a rotina entre o Piauí e a Bahia. No início do século XVIII, superintendia o cargo de vereança, dado somente aos homens de projeção social, ou seja, os denominados homens bons (Abreu, 1988). Em detrimento da formação social brasileira, carregada por dogmas religiosos fortes, ter um título era de interesse para estar entre esses grupos seletivos da sociedade; os criadores de gado, como era o caso do mafrense, se comparavam aos senhores de engenho.

[...] sempre hum homem fidalgo de autoridade, prudência, virtude, reputação, e idade, de maneira, que os outros irmãos o possam reconhecer por cabeça, e o obedeção (sic) com mais facilidade, e ainda que por todas as sobreditas partes o mereça, não poderá ser eleito de menos idade de quarenta anos (Russel-Wood, 1981, p. 89).

Durante sua vida, Mafrense assumiu vários cargos de valor, dentre eles, podem ser destacados: no ano de 1690, assumiu a posição de tesoureiro geral do Estado, indicado pelo governador Luís da Câmara Coutinho; no ano seguinte, é expulso da irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Bahia por não ter requerido o cargo de tesoureiro. Em 1692, ele ocupa o cargo citado. Afonso foi provedor da irmandade, e para além disso, escrivão. Eram na verdade cargos bastante disputados apesar das obrigações que as três funções requeriam (Mott, 1960, p. 26). Em Salvador, ele foi possuidor de muitos bens e imóveis, um homem como qualquer outro, Domingos Mafrense também foi capaz de atitudes exageradas, abusou de sua autoridade e do seu prestígio, chegando até a ser denunciado à Coroa: “[...] delictos e violências, as quaes, entretanto, eram praticadas por todos os exploradores do sertão, conquistadores das terras dos índios” (Silva, 1925, v. II, p. 228). Em resposta, uma carta endereçada ao governador foi enviada para medidas cabíveis.

Governador e Capitão General do Estado do Brasil. Eu El-Rey etc. Fui informado que Domingos Affonso Certão por ser pessoa poderosa pellas muitas terras que tem nessa Capitania fez algumas (sic) acções escandalosas e delictos, sem que pelas justiças seja castigado, e como convém à administração de justiça que as leys igualmente se pratiquem com todos, procurareis informarvos do que na verdade há nesta matéria e quando assi seja mandareis proceder contra elle como for justiça e me dareis conta do que vos constou e do que obrardes para ei ficar entendendo. Escrita em Lisboa, a 16 de janeiro de 1699. – Rey. (Silva, 1925, p. 228)

Apesar da natureza um pouco tempestuosa, acometido de temor ou amor a Deus, o sertanista inicia ações benevolentes, a exemplo: o financiamento de um edifício que abrigaria o Noviciado da Giquitaia próximo a Salvador,

Prado Jr (1985) explicita que embora a formação geográfica do estado tenha ocorrido de forma isolada nas fazendas e sem a concentração de centros urbanos nas regiões, o que posteriormente acarretou a pobreza da região que se limitava a monocultura rural; os rios foram fundamentais para a permanência do homem à terra piauiense. Nessa conjectura, era por meio da localização do percurso do rio que se instalavam as sedes das fazendas de gado e dos currais.

Os fatores naturais, em particular a ocorrência da água, tão preciosa neste território semiárido, têm aí um papel relevante. É sobretudo na margem dos poucos rios perenes que se condensa a vida humana. No São Francisco, nos rios do Piauí, e do alto Maranhão. Intercalam estas regiões mais favorecidas, extensos desertos a que somente as vias de comunicação emprestam alguma vida. (...) As “cacimbas” (poços d'água) congregam quase todo o resto do povoamento; assim, onde o lençol de águas subterrâneas é mais permanente e resiste mais as secas prolongadas, bem como onde ele é mais acessível aos processos rudimentares de que dispõe a primitiva e miserável população local, o povoamento se adensa. “Olho d'água” é uma designação que aparece frequentemente na toponímia do interior nordestino: a atração do líquido é evidente. (Prado Jr, 1985, p. 67)

Em 1697, o censor do Piauí, Padre Miguel de Carvalho descreve que havia 129 fazendas situadas nas margens de 33 rios, ribeiras, lagoas e olhos d'água limítrofes com as terras dos gentios; em 1730 passando para 400 fazendas e em 1772 para 578 fazendas de gado nos vales dos rios Gurguéia, Piauí, Canindé, Poti e Longá. (Mott, 1985). A capitania do Piauí tinha como centro, a vila de Nossa Senhora da Vitória sem povoações ao redor da mesma, em razão disso, D. José I envia um pedido para o governador vigente, João Pereira Caldas da capitania piauiense, com o intuito de reduzir a distância dos sertões. Após dois anos, além da vila da Mocha (localizada em Nossa Senhora da Vitória) outras 6 vilas são fundadas: Campo Maior, Valença, Marvão, Parnaíba, Jeromenha e Parnaguá.

Mesmo com pedido feito por D. José I sobre uma reestruturação do estado, muito pouco foi feito pelos “colonizadores” que habitavam a região. A principal vila não disponibilizava de recursos básicos para o seu desenvolvimento, recursos tais como: casas que fossem resistentes e de qualidade, oficiais, açougues e câmaras. Nessa conjectura, as outras vilas encontravam-se em situações ainda mais precárias. Marvão era considerada a pior vila da época, pois localizava-se em um local muito árido e morto no que pode relacionar-se com a vegetação; Jeromenha era habitada por apenas 5 residências; Parnaguá não desfrutava de açougues, oficinas, casas de qualidade ou sequer câmaras; Valença não tinha fontes de água, não possuía vegetação para pastagem dos animais e não dispunha de casas para comodidade dos moradores, como a antes supracitada, essa vila também não tinha câmara, açougue ou oficina, a fonte de água dessa localidade era advinda das cacimbas. Campo Maior por sua vez, localizando-se numa campina muito produtiva, com boa vegetação, muitas fazendas e sítios.

A última vila, Parnaíba, que se localizava às proximidades do rio Parnaíba, era considerada uma boa vila e desenvolvida, com muita criação de gado, todavia, em razão das grandes matanças desses animais, a população sofria pelo cheiro fétido de sangue e carne.

É notório desde o início, que a ocupação do território piauiense se deu através das fazendas de gado. Meados do século XVII, todo esse território se dividia por meio de dois administradores: Francisco Dias D'Ávila e Domingos Afonso Sertão (Mafrense). Estes senhores possuíam diversas fazendas que estavam espalhadas nos principais cursos d' água pelo estado piauiense; mesmo com as fazendas em seus nomes, a administração estava sob as mãos de vaqueiros.

Os moradores da antiga cidade de Oeiras, conhecida como vila da Mocha, acreditavam que essa concentração de fazendas nas mãos de tão poucos donos desempenhava um prejuízo, em razão disso, em 1743, os habitantes da então vila enviam uma carta com o objetivo informativo sobre tal situação.

São extraordinários os danos espirituais e materiais que tem havido e atualmente experimentam nesta Capitania, originados da sem razão e injustiça com que os Governadores de Pernambuco nos princípios da povoação daqueles sertões deram por sesmaria neles e indevidamente, grandes quantidades de terras a três ou quatro pessoas particulares, moradores na cidade da Bahia, que cultivando algumas delas, deixaram a maior parte devolutas, sem consentirem a que pessoa alguma as povoasse, salvo quem as suas custas e com risco de suas vidas as descobrissem e desvendassem do gentio bárbaro, constringendo-lhes depois a lhes pagarem dez mil réis de renda por cada sítio em cada um ano. Pereira da Costa (Provisão do Conselho Ultramarino de 3 de dezembro de 1743 apud Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH, 1975, p.47).

Com a intenção de acabar com tais premissas, em 1744, é publicado um documento com ressalvas para que haja a delimitação de 3 léguas de terras para sesmarias, o que posteriormente fez com que houvesse ainda mais distanciamentos de uma fazenda para outra.

As terras do Piauí, informava um viajante do século XVIII, são repartidas aos moradores em sesmarias ou datas de três léguas, cuja cultura consiste na criação de gados, mais vacum que cavalari. Cada uma das sesmarias forma uma fazenda, deixando-se uma légua para a divisão de uma e outra fazenda. Na dita légua entram igualmente os vizinhos a procurar os seus gados, sem, contudo, poderem nela levantar casas e currais (Roteiro do Maranhão a Goiás" apud Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH, 1975. P. 79)

A então separação de terras era motivada por dois vértices: o primeiro pautado à cobiça dos sesmeiros, desejosos de possuírem grandes espaços de terras, mas também a necessidade intrínseca à prática da pecuária extensiva, posto que, na ocasião da seca se torna necessário movimentar as boiadas em grandes espaços, alternando pastos para que elas consigam achar capim seco e frutas, por isso os grandes proprietários das grandes fazendas não queriam ceder porção alguma de suas terras (para moradia dos agregados), por considerarem indispensáveis as grandes extensões para atender à criação do seu gado (Spix e Von Martius, 1938). O fato de uma fazenda ter muitas léguas de terra não significava necessariamente que toda a sua extensão estava disponível e efetivamente utilizada, seja para pastagem ou lavoura.

Os documentos encontrados não dão conta exata da dimensão das fazendas piauienses espalhadas à beira d'água, porém, ao longo da segunda metade do primeiro século XVIII são especificados apenas os locais de doações associados a rios e lagoas, mas suas superfícies são ignoradas. Tomando uma amostra das 31 fazendas de Domingos Afonso Sertão, administradas após sua morte por jesuítas regulares, podemos ter uma ideia do tamanho médio das fazendas existentes no Piauí do século XVIII.

Como supracitado, um dos principais problemas enfrentados pelos piauienses foi a falta de hidrovias, e para garantir o abastecimento regular e constante desse precioso líquido que os piauienses demandavam, foi fundamental a permanência às margens desses rios perenes. A lista nominal de todos os habitantes da capitania feita pelos vigários, e a descrição feita pelo ouvidor Durão, servem de critério para a enumeração de fazendas esítios, que se situem nas margens ou ao longo dos principais cursos fluviais. Pereira d'Alencastre, eminente autor de *Crônicas, História e Memória Corográfica da Província do Piauí*, disse:

A fazenda de gado está localizada principalmente à beira de várias nascentes. Para que as fazendas localizadas no sertão façam jus ao seu nome, elas devem primeiro ter fontes de água suficientes, porque o Piauí, como todo sertão sertanejo do Brasil, sofre com secas frequentes, e as fazendas que faltam água primeiro perdem sua população e depois o gado; para fazendas distantes de cursos d'água perenes, a solução é fazer com que o gado vá beber outra água retida em açudes e cisternas feitas pela indústria residente, o que dava muito trabalho. Roteiro do Maranhão a Goiás" (Pereira d'Alencastre apud Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH, 1975, p.79).

Depois de escolher um local para instalar a nova fazenda e garantir um bom abastecimento de água, era construído um curral onde os bezerros poderiam ser alojados assim que nascessem. Outras instalações vieram com o tempo e a criação progredia. O primeiro cuidado ao trazer o gado para um novo local é aclimatá-lo ao novo ambiente, evitando que os animais se percam no mato ou ao redor da fazenda. Não é difícil imaginar as dificuldades enfrentadas pelos novos imigrantes que chegaram ao Piauí vindos do Maranhão, trazendo consigo 200, 300 ou até 600 animais ao mesmo tempo.

Em cada fazenda deveria haver pelo menos tipos de 3 currais, que tomam diversos nomes conforme o serviço que prestavam. O "curral de vaquejada", como eles chamam, é onde o gado é recebido para venda, o leite é buscado e os carregadores são contratados. Currais separados onde todo o gado é vagamente recebido e destinado a diferentes habitações, e currais assistenciais onde são recolhidos os animais para ferrá-los e partilhá-los com os vaqueiros.

Em relação ao tipo de terra disponível para os animais, o Piauí possuía dois tipos de pastagens: agreste e mimosa, sendo esta última de melhor qualidade e, portanto, trazendo mais renda aos agricultores. Nas fazendas com pastagens silvestres, 300 vacas produziam 130 bezerros; nas fazendas ditas mimosas, onde os pastos são muito suculentos, 300 vacas produziam 250 bezerros por ano, ou seja, sem interrupção. O que foi dito sobre o gado se estende aos cavalos. Infelizmente, não foram encontrados arquivos que dessem a quantidade de animais vivos nas fazendas do Piauí dessa data.

Embora possua excelentes pastagens de mimosa, que segundo especialistas eram as melhores, diversos fatores limitavam o pleno desenvolvimento da pecuária sertaneja piauiense. Morcegos, insetos, onças, cobras, ervas venenosas etc. que cobraram um grande tributo do rebanho. Especialmente durante os períodos de chuva escassa, grandes epidemias atingiram rebanhos de gado, matando muitos animais rapidamente (Von Spix e Von Martius, 1938). O gado era geralmente solto: como não havia cercas separando as fazendas umas das outras, e muitas vezes havia um uso comum da terra entre elas, os animais de um proprietário certamente se misturavam com os vizinhos de outras pessoas. A maneira de evitar essa perda e errância era a marcação de todos os animais nas costas com um ferro quente ou fazer um certo corte em uma de suas orelhas de maneira a distinguir o gado das diferentes fazendas. Nas fazendas dos Jesuítas (herdadas após a morte de

Mafrense), por exemplo, duas marcas eram utilizadas distinguindo dois conjuntos de propriedades: os animais pertencentes à chamada “Capela Grande” eram ferrados com o sinal: λ e os da “Capela Pequena”, com o sinal: y .

Variavam bastante, ao longo do ano, os trabalhos exigidos pela criação bovina. A descrição feita por Von Spix e Von Martius (1938) ilustra muito bem o efeito das variações sazonais na organização do trabalho pecuário e pastoril.

Depende a criação do gado nessas regiões exclusivamente da chuva. Se no fim de dezembro entrar o tempo das águas, alcança até os fins de fevereiro o apogeu de sua abundância, e começa então a diminuir de intensidade até fins de abril. Enchem-se de água naquela estação os inumeráveis açudes e covas, a terra amolece e o pasto cresce luxuriante. Durante este tempo as vacas que como todo o gado, vivem no campo, são tacadas para os cercados onde passam as noites, para serem mungidas de manhã e prepararem-se os queijos. Do mês de maio em diante, deixam-se de novo as vacas no pasto. Por vezes acontece passar o mês de fevereiro sem chuva, e torna-se então impossível a produção de queijos, porque o leite não chega a alcançar a quantidade e gordura necessárias, e as manadas, a não serem algumas vacas para o serviço doméstico, precisam ficar sempre nos pastos (Von Spix & Von Martius apud Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH, 1975, p. 41).

O ciclo anual dos fazendeiros piauienses era: novembro e dezembro (final do verão) são as épocas mais produtivas. As vaquejadas são realizadas duas vezes ao ano nas grandes fazendas, em janeiro e junho. Já nas pequenas fazendas, apenas uma vez; era o mês mais alegre dos fazendeiros e a época mais feliz dos vaqueiros que procuravam provar suas habilidades no desempenho de suas funções. Nesses meses também aconteciam vaquejadas para gado grande que deveriam ser enviados para a feira ou vendidos a um ambulante na porta do curral.

A última vez que o gado foi enviado para a Bahia dessas fazendas, é datado em 1788, porque os gerentes das fazendas reais decidiram a partir de 1789 vender o gado para quem quisesse comprá-los, pois era mais lucrativo para os cofres da metrópole, em vez de continuar a prática herdada dos tempos dos jesuítas e dos vaqueiros mais velhos, transportando animais das fazendas. Assim, em meados de 1789, o gado de pastagens refinadas era vendido na porteira da fazenda.

Não há informações de que no Piauí, existiram os chamados “caça ao boi”, no qual vaqueiros com espingardas perseguiram animais que se alimentam no mato, e os matavam na hora, eram responsáveis apenas por retirar a pele do couro, já que a carne tinha pouco valor comercial. Segundo Von Spix e Von Martius (1938), no Piauí havia muito gado e que costumavam trazer uma bela vaca à porta do viajante que

passava por estas regiões remotas, em suma, foi a principal fonte de renda dessa capitania.

Na maioria dos casos, iniciar uma fazenda não era uma tarefa fácil. Domingos Afonso Sertão, o mais importante latifundiário da história do Piauí, disse em testamento que sua fazenda estava localizada "em terras que descobri e vivi com a ajuda de meus sócios com grande risco e considerável gasto.

Os jesuítas após a morte de Mafrense (18 de junho de 1711), tomaram a posse das fazendas que seriam futuramente as fazendas nacionais; o primeiro administrador foi o padre Manuel da Costa. Melo (1991) explicita que a chegada do padre foi paralela com o momento de divisão dos pertences de Mafrense aos filhos ilegítimos.

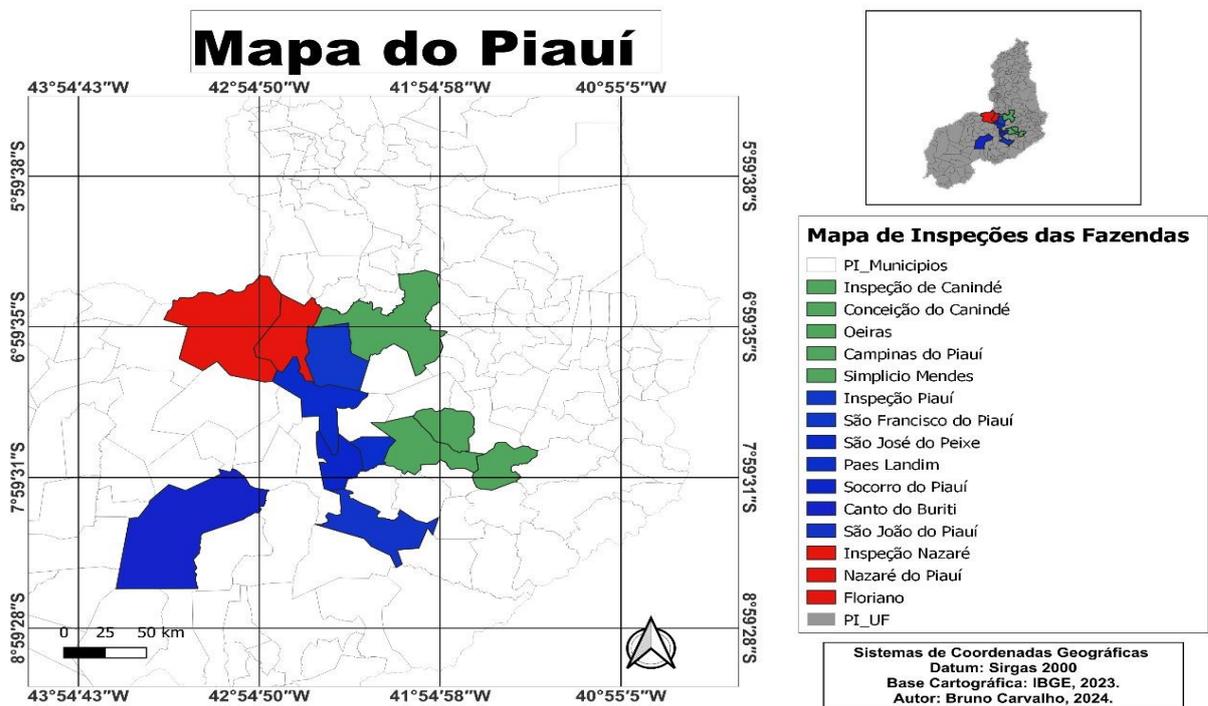
Nomeio e instituo por meus testamenteiros, em primeiro lugar, o Rv. Padre Reitor da Companhia de Jesus desta cidade da Bahia, que ao presente for, e adiante lhe for sucedendo, e não aceitando este, nomeio ao licenciado Francisco Ximenes, e em terceiro lugar a Antonio da Silva Livreiro, meu vizinho, e em quarto ao capitão Belchior Moreira, aos quais e cada um in solidum dou todo o meu poder, que em direito posso [...] Declaro que sou senhor e possuidor da metade das terras, que pedi no Piauí, com o coronel Francisco Dias de Ávila e seus irmãos, as quais terras descobri e povoei com grande risco de minha pessoa, e considerável despesa, com adjutório dos sócios, e sem eles, defendi também muitos pleitos, que se moveram sobre as ditas terras, ou parte delas: e havendo dúvidas entre mim, e Leonor Pereira Marinho, viúva do dito coronel, sobre a divisão das ditas terras, fizemos uma escritura de transação no cartório de Henrique Valensuella da Silva, na qual declaramos os sítios com que cada um havíamos de ficar, assim dos que tínhamos ocupado com gados, como arrendados a várias pessoas, acordando e assentando juntamente a forma com que havíamos de ir ocupando as mais terras por nós ou pelos rendeiros que metêssemos, como mais largamente se verá da dita escritura. Declaro que nas ditas terras, conteúdas nas ditas sesmarias, tenho ocupado muitos sítios com gados meus, assim vacum como cavalar, e todos fornecidos com escravos e cavalos, e o mais necessário: o que tudo constará dos meus papeis, fábricas, com a quantidade dos gados pelas entregas de cada uma das fazendas, e assim mais muitos sítios dados de arrendamento a várias pessoas; e outros muitos estão ainda por povoar e desocupados, que também se poderão ir dando de arrendamento, ou ocupando com gados meus, como melhor parecer a meu sucessor (Sertão, 1867).

Os religiosos residiram primeiramente na fazenda da Torre e em outros três pontos: Brejo de Santo Inácio no Rio Canindé, Brejo de São João no Rio Piauí e Nazaré no rio Parnaíba, onde construíram capelas e moradias. Em mãos religiosas, as fazendas demonstraram crescimento. A fazenda mais importante dos jesuítas foi a vila da Mocha, que hoje é a cidade de Oeiras, antiga capital do estado; no testamento de Mafrense, essas fazendas só foram herdadas com as seguintes

condições: não deveriam ser alienadas, no local deveriam ser construídas capelas ou morgados e a renda adquirida aplicadas ao auxílio de donzelas, viúvas e pobres (Sertão, 1867).

No que tange seu testamento, o jesuíta Domingos Gomes chega ao Piauí no mesmo ano da conclusão do inventário, assumindo o lugar de administração de Manoel da Costa; Manoel redige um relatório como um espécime de prestação de contas aos bens entregues para serem administrados.

Figura 2: Mapa das inspeções.



Fonte: Mapa do Piauí com indicações das Fazendas Nacionais, com base na fonte 19ª SR/IPHAN,2008.

Em 1759, os jesuítas são expulsos e voltam para a Bahia. Na relação de bens assinadas pelo governador João Pereira Caldas foram constatadas 31 fazendas de gado *vacum* e cavalar, três residências com roças e 49 sítios arrendados (Nunes, 1991). Com a expulsão dos padres, as fazendas se tornam patrimônio do governo imperial e são denominadas de fazendas de fisco ou fazendas reais; em 1760, elas são divididas em três inspeções: Canindé, Nazaré e Piauí.

A inspeção de Canindé, situada às margens do rio Canindé, situavam-se as fazendas: Ilha, Pobre, Baixa dos Veados, Sítio, Tranqueira, Poções, Saco, Saquinho, Castelo, Buriti, Campo Largo e Campo Grande. Na inspeção de Nazaré

encontravam-se as fazendas: Tranqueira de Baixo, Gameleira, Guaribas, Matos, Lagoa de São João, Olho d'água, Mocambo, Serrinha, Algodões, Jenipapo e Catarens; por fim, na inspeção do Piauí, as fazendas: Salinas, Brejinho, Grande, Boqueirão, Gameleira, Cachê, Serra, Cachoeira, Espinhos e Julião (Melo, 1991).

Com a expulsão dos jesuítas, constatam-se inúmeras situações de desorganização e desordens, disputas por terras e uma administração ruim. Nas fazendas da inspeção do Piauí, houve denúncias de violências como: assassinatos, raptos de mulheres e disputas territoriais; esses atos violentos eram atribuídos ao fisco (era necessária cada inspeção ter um administrador/fisco) Luiz Antônio Ribeiro que administrou as fazendas entre os anos 1773 e 1776, ele foi acusado de maltratar escravos, criar problemas administrativos que dizem respeito a não divisão do gado com outros administradores e violentar mulheres.

Nunes (1975) argumenta que a administração das fazendas de Mafrense pelos jesuítas desempenhou notório papel para a construção do território mais homogêneo, sendo um fato determinante para a criação da capitania, província e estado. “A civilização do Piauí originou-se nas fazendas de criação. É a civilização do couro. A carnaúba deu o tronco para a construção da casa; o gado deu o couro para a mobília e para a roupa completa do vaqueiro” (Barreto, 1945, p. 213).

O segundo capítulo dessa monografia trabalhou especificamente como as fazendas nacionais, pertencentes a Domingos Afonso Mafrense, foram catalisadoras para a constituição do supracitado regime territorial.

3 AS FAZENDAS NACIONAIS

Segundo Rodrigues (2005) e Carves (1994) Domingos Mafrense foi o verdadeiro responsável pela ocupação do território piauiense (sua descrição de vida em terras piauienses está ligada principalmente ao Sudoeste do Piauí; essas terras foram dadas como presente por meio das Sesmarias em forma de pagamento por ter vencido guerras contra as tribos que habitavam a região).

Afonso Mafrense era natural de uma cidadela próxima à Lisboa, Portugal; onde morou com seus pais e seu irmão, Julião Afonso, também acompanhante na vinda para o Brasil), uma vez que os outros conquistadores não fixaram morada na região, sua principal fazenda foi Cabrobó, localizada nos afluentes do rio Parnaíba. Essa fazenda na época era uma unidade de organização na qual as famílias viviam isoladas em detrimento da criação de gado. Contudo, em 1772, a produção pecuária na capitania decaiu em razão da grande seca em 1777, a região perde força ao competir com a produção localizada no Rio Grande do Sul. Não há um consenso no número exato de fazendas que pertenceram ao Domingos Mafrense, isso advém da maneira como era a administração feita nos cadernos responsáveis pelo controle dos rebanhos, entrada e saída, uma vez que não havia uma separação específica entre uma fazenda e outra.

Foi no fim do século 17 que Domingos Afonso Mafrense veio povoar o Piauí, ocupando sesmarias no vale do rio Canindé afluente do rio Parnaíba e Mafrense era companheiro e sócio de Francisco Dias de Ávila, primeiro senhor da casa da Torre de Garcia d'Ávila, no Estado da Baía. Mafrense ao morrer, em 1711, deixou para os jesuítas trinta e nove fazendas de gado, que foram confiscadas pelo governo português em 1760, e em 1811 possuíam 50.760 cabeças de gado vacum e 2.870 de gado cavalari, tal é o poder criador das terras do Piauí, favorecidas por pastagens de 1ª ordem. O capim "mimoso" é, sem dúvida, o fator da riqueza do Estado (Miranda, 1938, apud Furtado, 2019, p.69).

Como supracitado, o Piauí teve sua formação baseada em uma aceção rural e logo depois disso, a comercialização do couro nessas fazendas, que se tornaram os núcleos urbanos, tais quais: Oeiras, Floriano, Campinas do Piauí, Simplício Mendes, Conceição do Canindé, Canto do Buriti, São João do Piauí e Nazaré do Piauí. Nesse processo de colonização do território piauiense através das fazendas de gado, instaurou-se nessa região uma cultura rural. Essas fazendas por sua vez, desempenharam notória importância em todo o Nordeste, principalmente para o consumo da produção pecuária. Após a morte de Mafrense, as fazendas ficaram

sendo administradas pelos jesuítas; João Pereira Caldas, administrador da capitania, foi o incumbido para prender, tomar e expulsar os jesuítas das terras, quando a ordem foi expulsa do país em 1759, as terras foram incorporadas pela Coroa Portuguesa e, em seguida, pelo Império. Com a instauração da República, vieram a se tornar fazendas nacionais, sob administração da união. No processo de transição entre a Monarquia e a República, as terras foram entregues para um exímio engenheiro, José Sampaio.

Esse engenheiro tinha boas relações com a Coroa, por isso, foi o responsável pelo arrendatário das Fazendas Nacionais juntamente com Francisco Parentes, ambos tiveram como objetivo, realizar contratos para o desenvolvimento econômico e social do Estado. Nesse sentido, José Sampaio defendia a criação de um novo projeto que pudesse alavancar o progresso da região como também acabar com práticas corruptas por sucessivas tomadas administrativas e problemas financeiros. Sampaio e Parentes foram escolhidos para começar os novos projetos na capitania, em uma tentativa, segundo Queiroz (2006), em uma utilização racional e favorável das fazendas nacionais.

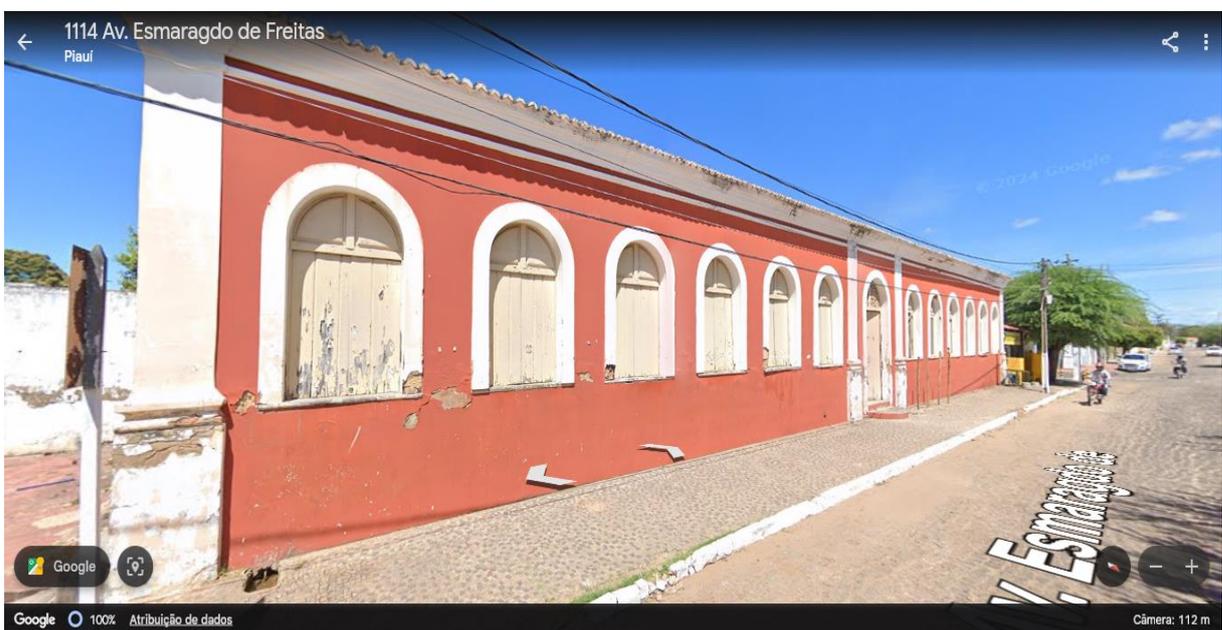
Com o advento da chamada Lei do Ventre em 1871, todos os escravizados livres deveriam e teriam a necessidade de serem educados e preparados para o trabalho nessas fazendas, em razão disso, surge o projeto da escola rural para evitar qualquer tipo de prejuízo ou rebeldia por partes dos novos libertos temidos pela elite sertaneja.

Além da agricultura, considerada o carro-chefe para os aprendizados dos supracitados, no estabelecimento também deveriam trabalhar a produção de charqueadas, carne salgada e seca ao sol; curtume, a preparação do couro e sabão. Toda a construção desse estabelecimento com vários prédios como: salas de aulas, enfermarias, casa de oração, setores destinados para a produção dos produtos e até cemitérios com toda a formulação de uma orientação às pessoas negras. Era considerado um projeto ousado, e foi, tanto que auxiliou na construção do núcleo urbano hoje conhecido como a cidade de Floriano, localizada no Médio Parnaíba, a 240 km da capital do Estado, Teresina. Infelizmente de todas as edificações citadas, resta apenas uma, conhecida como "terminal turístico". A não-existência das demais é justificada pelo próprio engenheiro Sampaio que, em um livro de 1892, descreve os prédios existentes: "... uma denominada residência, bonito edifício construído de tijolos de alvenaria, com acomodações próprias para um internato, situado à

margem do Parnahyba (...) e quatro de construção fraca, de adobes sobre alicerces de pedra". Essa construção foi denominada de Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara.

Eram, ao todo, 17 fazendas, subdivididas em 24. Depois de terem passado pela administração de jesuítas, corte portuguesa e monarquia brasileira, essas terras ainda representavam o enorme latifúndio deixado por Mafrense e pela Casa da Torre, que, no Piauí, se estendia da foz do Canindé até o extremo sul da Província, em um prolongamento que chegou a corresponder à cerca de 140 léguas (IPHAN-PI, 2008, p.36).

Figura 3: Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara.



Fonte: Google Earth, atual "terminal Turístico" (2024).

Próximo ao terminal turístico também é possível ver a usina Maria Bonita, que outrora fez parte da capela associada ao Estabelecimento Rural, tendo sido no dia 06 de fevereiro de 1922, celebrado um convênio entre o Intendente Antônio Luiz de Área Leão com a Casa do Maranhão para a instalação de uma máquina geradora de luz elétrica para a cidade. Sendo, no dia 24 de fevereiro do ano de 1924, feita sua inauguração. No frontispício do prédio foi colocado um relógio de duas faces e o mesmo funcionou até meados de 44/45. Atualmente o local sedia o Espaço Cultural Maria Bonita (Fundac.).

Desse estabelecimento, foram encontrados alguns artefatos incluindo algemas de ferro datadas de 1866, usadas por escravos, e palmatorias de madeira datadas de 1930. Embora as palmatorias sejam associadas ao uso em escolas, a

ficha de identificação não especifica de qual escola vieram. É importante notar que a região é historicamente famosa por abrigar a Escola para Libertos de São Pedro de Alcântara, o que pode indicar uma possível origem, embora não confirmada.

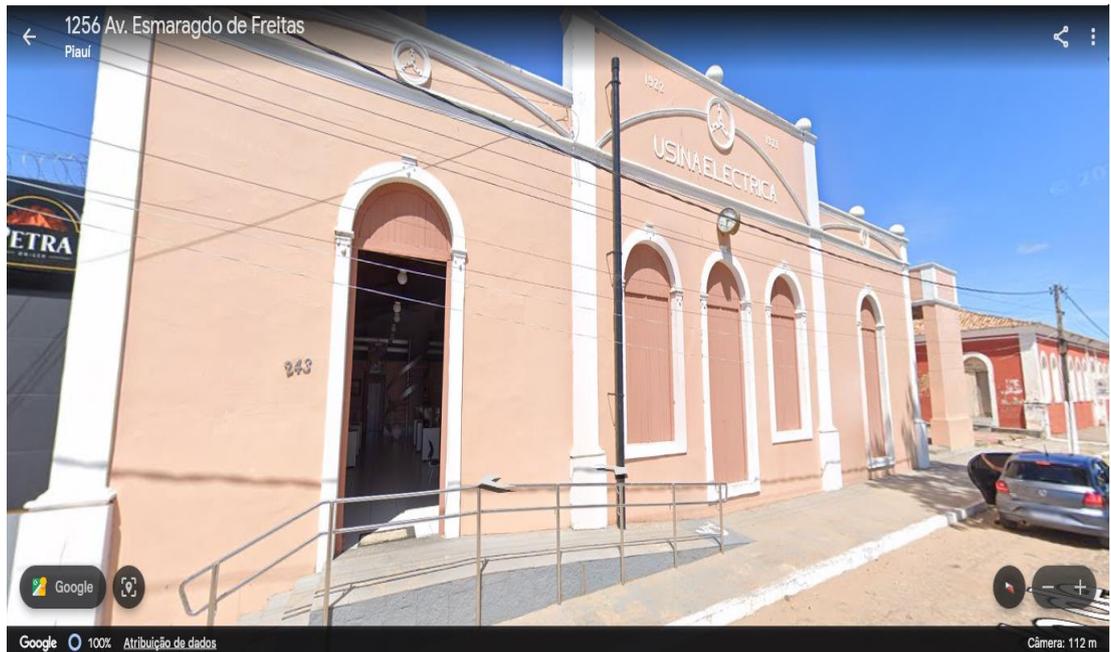
Figura 4: Artefatos fotografados no Espaço Cultural Maria Bonita



Fonte: Bruno Carvalho, 2024.

Na imagem acima, é possível visualizar um par de algemas, duas palmatórias e algumas moedas, esses são testemunhos históricos que refletem, sobretudo, as relações sociais no período colonial e imperial, instrumentos punitivos e de controle, indicando a realidade da escravidão e da disciplina aplicada aos libertos.

Figura 5: Usina elétrica Maria Bonita, (Antiga Capela)



Fonte: Google Earth, atual espaço cultural Maria Bonita, (2024).

Nos primórdios do século XX, instaura-se em contraposição ao mercado rural, uma urgência em superar essa fase e entrar para a era industrial, para isso, instaura-se uma das primeiras indústrias, uma fábrica de laticínios localizada no centro urbano de Campinas, que anteriormente fora uma fazenda nacional chamada de Castelo. Sua localização estava como os escritos pontuam, no meio do sertão de dentro, a 40 léguas da fluente Parnaíba. Essa indústria desempenhou notoriedade porque não existia nenhuma outra em todo o território brasileiro, com exceção de Minas Gerais. Embora alguns indivíduos fossem contrários e ainda vissem a economia pecuária e rural como satisfatória; a fábrica é criada em 1897.

O objetivo dessas construções estava ligado no arrendatário das fazendas nacionais pelo contrato feito em 1889, todavia, rescindido em 1891 no governo republicano, o motivo da anulação desse contrato estaria pautado pelo motivo do não pagamento proposto. Essa ação estaria de fato atrelada a uma maneira de prejudicar uma pessoa que estava associada à Monarquia, no caso, Sampaio. No entanto, a política da época embora abominasse os ideais dos antigos regimes, nos novos que surgirão eram tão conservadores quantos os anteriores; Sampaio então é convidado para compor o partido republicano, o convite é aceito em 1893. O contrato então é revalidado e as fazendas nacionais são privatizadas.

Sampaio (1899) acreditava que a construção da fábrica de manteiga e queijo seria uma maneira de descobrir as potencialidades da região através desse meio industrial. Seu pensamento estava fundamentado pela onda do positivismo científico² e da consolidação econômica industrial por meio do leite, várias nações como: Suíça, Dinamarca e Noruega tiveram suas economias alavancadas pela indústria do leite.

Como explicita Vilhena (2006), esse processo também ocorreu nos Estados Unidos que chegaram a faturar cerca de 280 dólares em 1900. Acreditavam então que essa ação poderia ocorrer em outros países da América. Conforme explica Prado, nos primeiros anos da República, o sistema industrial do Brasil foi de 200 indústrias para 600 e 15% faziam parte do setor alimentício. E embora ocorresse essa febre do leite pelo mundo, no Brasil e especificamente no Piauí, esse processo se deu pelo engatinhar devido à rudimentariedade e a falta de higiene. A indústria do leite só seria alavancada com a implantação do processo de pasteurização do produto pelo Estado de Minas Gerais, sendo seguido pelo Piauí, produzindo uma manteiga de qualidade que recebera até atestado do Laboratório Nacional de Análises do Rio de Janeiro.

Ainda no século XX, por volta da década de 40, a fábrica para de funcionar; voltando as suas funcionalidades no governo de Landry Sales. Cerca de 10 anos depois, a fábrica assume novos postos, como igreja, escola, produção de farinha e até mercenária. As fazendas então passam para as mãos de outros arrendatários, Gervásio Sampaio Pires Ferreira e Ângelo Acilino de Miranda que utilizaram o local como posto atividade extrativista da maniçoba.

Dessa fábrica, surgiu o centro urbano de Campinas do Piauí, na microrregião do Alto Médio Canindé, 450 km da então capital Teresina. Com o projeto da fábrica, casas foram construídas ao seu redor, casas de operários, e para os filhos e netos desses operários. Na data de inauguração da fábrica, a região era definida como povoado, com algumas casas de administração que pertenciam a Oeiras; desse território além da própria cidade de Campinas, também se deu início a cidade de Simplício Mendes.

² O positivismo científico é uma filosofia desenvolvida no século XIX por Auguste Comte, que propõe que o conhecimento genuíno é exclusivamente derivado de experiências empíricas e observações científicas.

O impacto que provocou, não apenas no meio físico, natural, mas também no social, acabou ensejando uma nova história, que se refletiu na vida dos indivíduos diretamente relacionados com o empreendimento, gerando memórias, recordações pessoais e coletivas. Além de sua importância histórica e industrial, foi e continua sendo um marco, já que a partir dela ocorreu a expansão do povoado Campos, que evoluiu para a atual cidade de Campinas do Piauí (Almeida, 2022, p. 15).

Figura 6: Antiga fábrica de laticínios.



Fonte: IPHAN, 2008

Outra cidade que teve sua origem a partir de uma fazenda nacional foi a antiga capital do estado, Oeiras; que surgiu a partir da fazenda Cabrobó do Domingos Mafrense, embora haja algumas afirmações que surgiu de um aldeamento missionário para a proteção do gado de Julião Afonso Serra. 5 anos após Mafrense adentrar nos sertões piauienses; ele envia um relatório a Dom Francisco de Lima, bispo de Pernambuco para que fosse averiguada a possibilidade da fundação de duas paróquias, entre elas, a Nossa Senhora da Vitória (em Oeiras):

(...) que se fundasse, e fizesse a Igreja no brejo chamado a Mocha por ser parte mais conveniente aos moradores de toda a povoação, ficando no meio dela com igual distância, e caminho para todos os riachos e partes povoadas, e determinada sobre a dita parte, se elegeu para lugar da Igreja e casas do reverendo cura, o tabuleiro que se acha pegado a passagem do Jatobá para a parte do Canindé e para roças e passais do reverendo cura e Igreja (Ennes, 1938, p. 364)

A escolha da então região para a formação posterior da cidade se deu pela sua localização sendo selecionada na época como capital da freguesia, uma vez que a mesma tinha caminhos favoráveis para conectar regiões como o estado do Ceará e Maranhão. Carlos Filho também aponta que na vila da Mocha, existia também uma via capaz de ligar o litoral pernambucano ao interior do Piauí, contribuindo para que tal lugar fosse escolhido para ser a capital do Estado para aproveitar as potencialidades da região.

Segundo o IPHAN (2009, p. 119), Oeiras é consagrada como:

É neste sítio urbano de enorme importância histórica e paisagística que se mantém vivas antigas e riquíssimas tradições e manifestações da cultura brasileira, fundindo sagrado e profano, erudito e popular: a Missa dos Vaqueiros, que entram em comitiva na cidade, reverenciando Nossa Senhora das Vitórias, pedindo benção e proteção; as procissões e festas católicas enchem as ruas de fiéis anualmente, seja na Semana Santa, na Festa do Divino ou da Conceição, onde os ritos apostólicos romanos se amalgamam com nuances populares, renovando promessas e esperanças dos fiéis; no Largo do Rosário, bairro dos pretos, se presencia a dança do congo, em homenagem a N^a S^a do Rosário e a São Benedito; o Bem e o Mal estão representados no sítio arqueológico do Pé de Deus e do Pé do Cão, que a credence popular reafirma e reproduz a tradição.

Seu surgimento é ascendido a partir de uma prerrogativa de ensino que não fora cumprida pelos jesuítas ou inaciano, entretanto, optaram por uma tentativa na Vila supracitada, através do Seminário do Rio Parnaíba. Esse seminário tinha o objetivo de ensinar a doutrina cristã às crianças da região. A iniciativa aconteceu por intermédio do padre Tomé de Carvalho que foi o primeiro pároco da freguesia, com o apoio do ouvidor-geral, José de Barros Coelho, ambos em consonância, solicitaram ao Conselho Ultramarino a permissão para instalação da instituição. Em 1733, a licença para a construção é concedida do colégio-internato. Juntamente com o alvará, algumas “sugestões” deveriam ser acatadas como: aulas formais e a catequese para a população. Para essa grade curricular, 5 padres e um irmão deveriam residir na instituição: três encarregados para o ensino formal e os outros responsáveis por missões no sertão. Na época, Estado e Igreja eram um só, a Coroa controlava o número de religiosos enviados, considerando o investimento na causa dos jesuítas como colégios, missões e seminários; nesse ínterim, havia o cuidado com os residentes do novo colégio e suas respectivas funções, mostrando uma preocupação melhor com os gastos que esse feito teria.

Quanto à questão monetária, Leite (1945) e Stuart Filho (1960) discordavam com a ideia de os pais pagarem os custos dos filhos, tornando possível a manutenção do colégio, para Stuart (1960, p. 317): “[...] não ensinam senão por dinheiro e procuram ir agregando a cada um [dos três seminários] as fazendas que podem adquirir”. Já Leite (1945): “[...] com módica pensão para o sustento dos filhos como era justo” (Leite, 1945, p. 564). A princípio, esse colégio teve dois endereços, além da Vila da Mocha; Aldeias Altas, hoje conhecida como Caxias no estado do Maranhão. Leite (1945) explica que essa mudança tenha surgido pela pouca quantidade de alunos, além disso, uma região ainda em formação e havia algumas perturbações de ordem política.

Sob esse íterim, o seminário na Mocha funcionou em um prédio usado como casa paroquial pelo vigário, onde também funcionou o colégio. Gardner (1975) no século XIX também tem descrições sobre esse prédio em suas andanças pela região. “[...] um grande e belo edifício, ora em ruínas, que foi o colégio dos jesuítas antes da expulsão do Brasil” (Gardner, 1975, p. 125). Gardner (1975) em seus estudos explica que a construção em 1839 estava em ruínas, o que implica dizer que, em apenas duas décadas, o prédio foi abandonado e totalmente arruinado pelo tempo. O autor explica que não há uma justificativa exata para esse abandono, o prédio era bonito e bem edificado e a região na época carecia de boas construções. Esse antigo colégio dos padres em 1759 abrigou a sede da capitania, ano em que a mesma se tornou independente do Maranhão; João Pereira Caldas, primeiro governador, recém-chegado na vila da Mocha, confiscou o colégio para ser sede do governo, uma vez que era o mais bem estruturado (Carvalho Júnior, 1985). Foi esse colégio que então, por todos os mandatos piauienses dos mais diversos, abrigou seus governantes. Oeiras permaneceu como capital do Piauí até 1852, quando a capital foi transferida para Teresina.

Como citado anteriormente, a cidade carecia de uma população mais numerosa e o colégio foi construído afastado do centro urbano. Arraes (2012) dividiu a cidade em dois polos: o polo chamado de principal, estava localizada a igreja de Nossa Senhora da Vitória, a casa de Câmara e a cadeia; o segundo polo, mais ao norte da cidade, estruturou-se por causa e ao redor, a capela de nossa senhora do Rosário e do seminário jesuíta. Foi erguida nas proximidades do seminário, a Santa Casa de Misericórdia, o primeiro hospital público do Piauí, seu funcionamento ocorreu até o ano 1900 quando foi demolido.

No que jus a igreja da Nossa Senhora da Vitória, a que se apresenta hoje na cidade de Oeiras, é datada do ano de 1733, vindo a substituir a antiga inaugurada em 1697 que era feita de palha. A igreja tem uma arquitetura detalhada dentro do Barroco; possui um altar esculpido em madeira, ademais, acabamento delicado e arredondado, em cores contrastantes, principalmente o dourado. Pinturas que se estendem até o teto, remetendo às características do movimento. Essa matriz foi tombada pelo IPHAN em 1940, 38 anos depois, passou por uma restauração e é patrimônio cultural que atrai muitos turistas.

Figura 7: Igreja da Nossa Senhora da Vitória.



Fonte: Secretaria de Cultura de Oeiras.

A casa de Câmara e a cadeia que durante muitos anos, serviu como residência de um Coronel chamado de João Batista Ferraz; entre os anos de 1956 e 1996, foi sede do Círculo Operário Piauiense. Atualmente é o prédio no qual reside a prefeitura de Oeiras (G1).

Figura 8: prédio da prefeitura de Oeiras atualmente.



Fonte: <https://jcconcursos.com.br/noticia/concursos/concurso-prefeitura-oeiras-pi-76071>

Já a capela de nossa senhora do Rosário, datada em 1936, primeira metade do século XIX, passou por uma restauração e permanece nos dias de hoje, sendo utilizada como uma pousada (Ipatrimônio, 2019).

Figura 9: capela de nossa senhora do Rosário.



Fonte: Fundac.

Já a Santa Casa da Misericórdia continua com sua funcionalidade social, todavia, não foram encontrados dados sobre a instituição, por exemplo: se é um prédio reestruturado a partir do antigo modelo ou um novo.

Figura 10: Santa Casa da Misericórdia



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Oeiras.

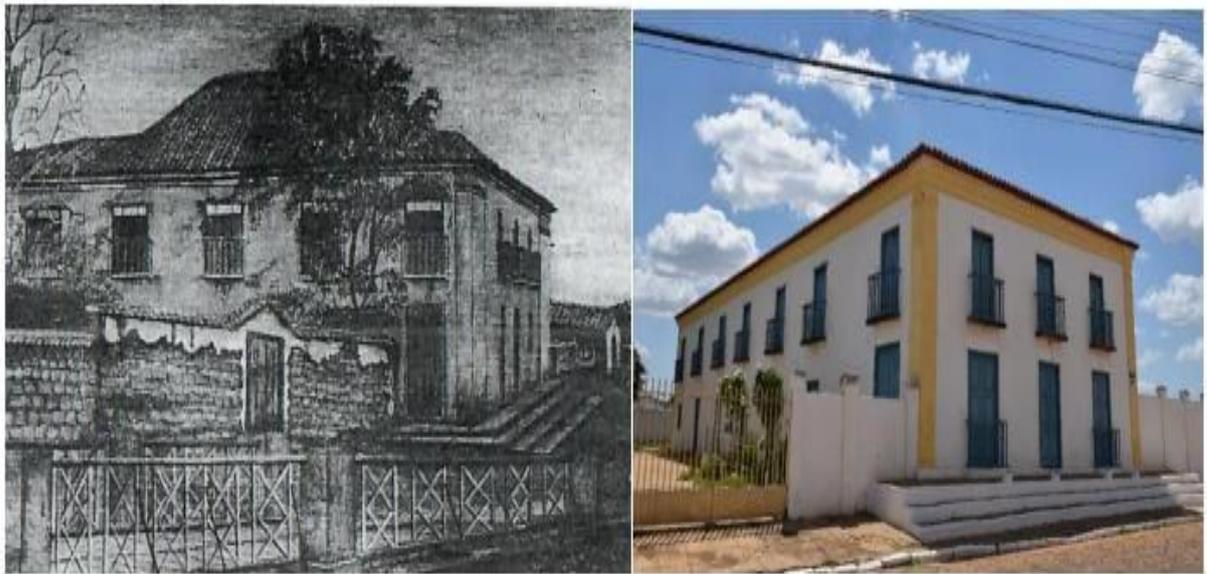
Figura 11: Mapa Antiga Vila da Mocha



Fonte: Arquivo Histórico do Exército – AHEx apud Maria Betânia (2019).

Entre os anos de 1845 e 1847, outro prédio é erguido para ser a sede do poder executivo no estado, um sobrado mais próximo no núcleo urbano da cidade, conhecido como sobrado Major Selemérico, uma construção de dois pavimentos. Após a mudança da capital, esse sobrado passou para mãos particulares e novamente para o Estado, foi sede da Polícia Militar. Atualmente é um prédio tombado como patrimônio histórico da cidade de Oeiras.

Figura 12: Sobrado Selemérico (antes e depois).

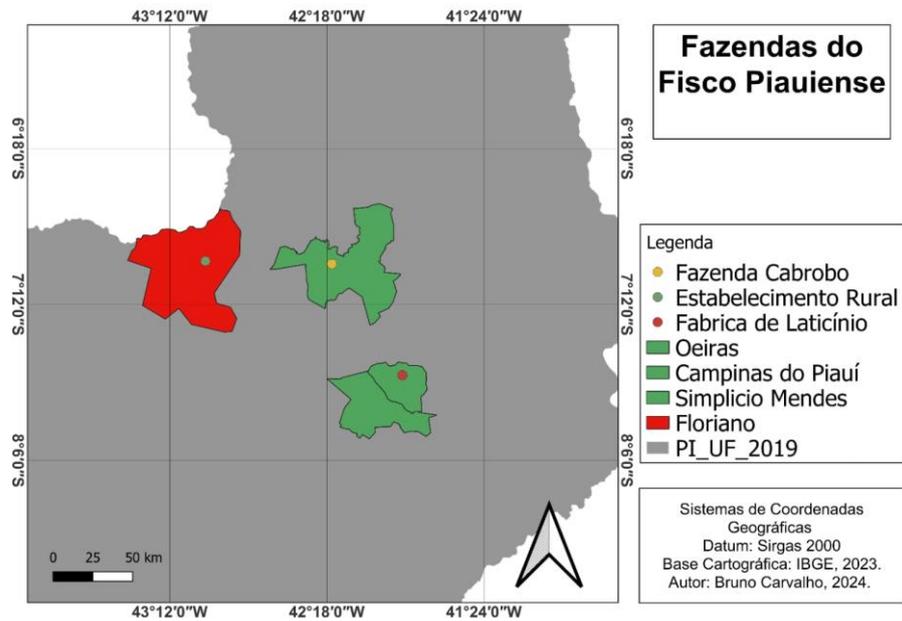


Fonte: Carvalho Júnior (1985) apud Maria Betânia, (2019); Maria Betânia, (2019).

Atualmente, nas demais construções deixadas pelos jesuítas na cidade de Oeiras, destacam-se as casas das fazendas das capelas, uma casa presente na antiga fazenda Brejo de Santo Inácio, casa sede da administração. Ademais, mais duas fazendas foram bases centrais de estadia dos padres, Brejo de São João e Nazaré, dessas três residências principais, apenas São João chegou aos dias atuais, entretanto, em péssimo estado de conservação, esse descaso é justificado pelo abandono proveniente da expulsão dos jesuítas.

Segue em anexo, um mapa construído com base no levantamento dos principais empreendimentos localizados:

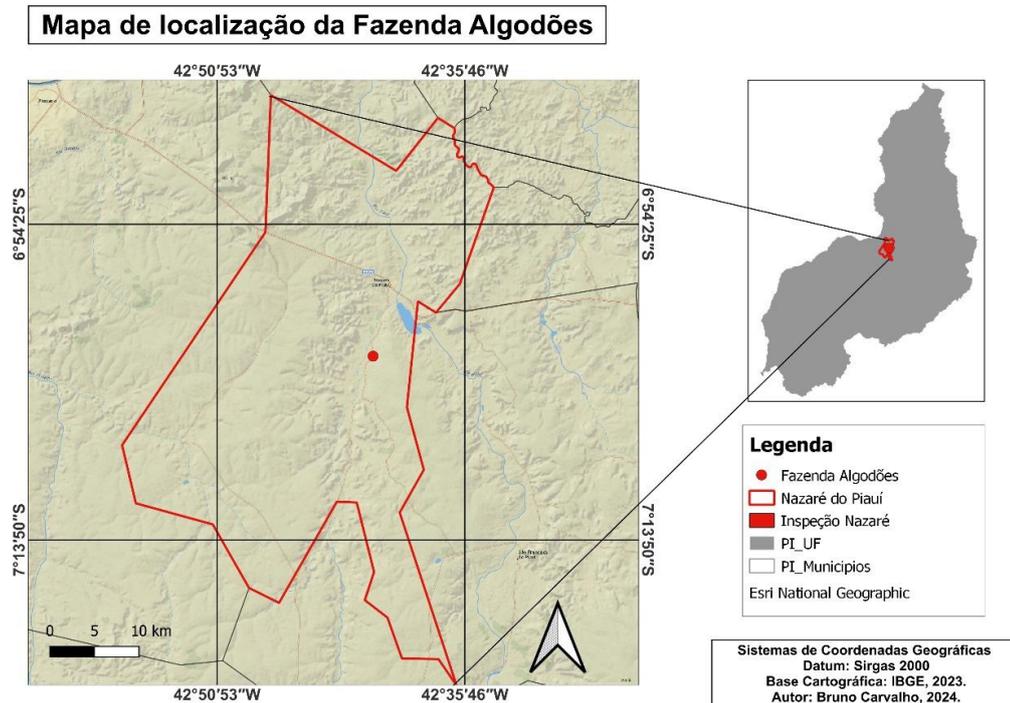
Figura 13: Principais Fazendas Nacionais abordadas.



Fonte: Sistemas de coordenadas geográfica, IBGE, 2023

Outra cidade que se originou de uma fazenda nacional é Nazaré do Piauí e o assentamento Algodões que tem o mesmo nome da supracitada e antiga fazenda; atualmente na cidade, não há vestígios dessa antiga fazenda; restando apenas nas memórias dos moradores mais antigos, tais vestígios. De acordo com Furtado (2019), a residência tinha sob a administração, onze fazendas de gado vacum, após a expulsão dos jesuítas, essa residência entra em desuso e a sede passa a ser na fazenda Algodões; “[...] possuía uma capela com seus pertences e 16 escravos” Alencastre (2015, p. 76). O Abandono e a falta de cuidados contribuíram para a corrosão do imóvel.

Figura 14: Localização da Antiga Fazenda Algodões



Fonte: Sistemas de coordenadas geográfica, IBGE, 2023.

Localizado no sudoeste do Piauí, o município foi criado, segundo Solimar (2017), em 1955 ao se tornar emancipado de Floriano; o primeiro registro de Algodões pertence ao padre Miguel de Carvalho em sua obra Descrição do Sertão do Piauí, de 1697. De acordo com Solimar (2017), o vigário afirma ter percorrido todas as propriedades pertencentes ao Mafrense, principalmente a região situada próxima ao rio Piauí.

Possuindo na época desse primeiro registro, 4 léguas tanto em comprimento como em largura, era uma das maiores propriedades de Mafrense, até pelo menos 1753, quando a disputa entre sesmeiros e posseiros definiram em um ato régio, o limite de 3 léguas para comprimento e 1 légua para a largura. Não obstante das demais propriedades que foram responsáveis pela construção do Piauí, as atividades eram envoltas pelo pastoreio. No século 17, a rotina de produção e trabalho na fazenda Algodões em nada diferenciava das demais propriedades dos sertões: “A mão de obra desenvolvida nessa como em muitas outras fazendas foi a mão escrava, aprenderam o manejo com os bois, plantio, e em tarefas auxiliares como o fabrico de utensílios artesanais de uso nos afazeres domésticos e no trabalho do campo” (Solimar, 2017, p. 112).

. O cotidiano era exclusivamente centrado no pastoreio extensivo com reduzida incorporação de mão de obra (Solimar (2009) apud Solimar (2017, p. 205)).

Em uma pesquisa levantada também por Solimar (2017), após o confisco das fazendas e a expulsão dos jesuítas; era planejado uma reestruturação nas fazendas nacionais em 1775, iniciou-se um inventário com o levantamento do número de trabalhadores (escravizados), equalizando cerca de 761 indivíduos nas três inspeções. Na fazenda algodões, o número de escravizados contabilizados girava em torno de 26 indivíduos. O autor afirma que por um tempo, essa fazenda fora usada como o centro da inspeção de Nazaré; entretanto, Solimar (2017) afirma:

Contudo, tradicionalmente, as terras que abrigavam a Residência de Nazaré eram onde hoje se localiza a sede do município de Nazaré. Em 1811, a Residência possuía além da casa de moradia e currais, uma capela “e seus pertences” e 16 escravizados (Solimar, 2017, p. 206).

É notório que havia o que é considerado baixo nível de escravizados trabalhadores, uma medida encontrada para o aumento do número de trabalhadores pelas autoridades provincianas era a transferência externa desses sujeitos para o Maranhão e Rio de Janeiro. Na inspeção de Nazaré, 167 escravizados, por meio de uma limpeza no quadro de ‘funcionários’, foram libertados para servirem na guerra contra o Paraguai; era muito comum essa versatilidade de serviços que esses desenvolviam, principalmente nas repartições públicas de Oeiras e na construção da atual capital do Piauí, Teresina (Solimar, 2017).

A princípio, essa tomada de decisão não agradou os inspetores das fazendas que acreditam que a diminuição desses trabalhadores iria afetar a lida com o gado *vacum*, desvalorizando os rebanhos. É direcionada uma pressão social ao governo para remodelar essa distribuição de escravos a partir da necessidade de cada fazenda. As transferências internas não dependiam de decisão da Corte, ficando a critério do governo da capitania ou da província, que removeu, temporariamente ou não, trabalhadores com e sem especialidades. Introduziu-se, paulatinamente, o recurso de transferências de trabalhadores entre as fazendas para suprir a efetiva demanda por mão de obra produtiva ou domestica (Solimar, 2017, p. 207).

Essa realidade muda em 1871, quando o parlamento inglês aprovou Slave Trade Suppression Act (Lei de Supressão do Comércio de Escravos) que permitia a prisão de qualquer embarcação que comportasse pessoas escravizadas pelo

oceano atlântico; vários dos barcos que faziam esse trajeto em direção ao Brasil foram apreendidos. A economia escravista decaiu e ainda houve dois fatores de suma importância para a determinação do fim da escravidão no Brasil: Portugal dependia da Inglaterra e a frota inglesa era insuperável em poder; essa pressão foi o que culminou na aprovação da lei abolicionista aprovada pela princesa Isabel.

De condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta Lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providência sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos (APEP 1871 apud Solimar, 2017, p. 208).

Em 11 de novembro, a princesa emite o decreto nº 4.815, fornecendo instruções aos presidentes das províncias. As instruções que foram adotadas no Piauí: os libertos deviam trabalhar 10 horas diárias, exceto aos domingos, feriados religiosos ou festas nacionais, quando seriam realizados apenas trabalhos indispensáveis, com direito a uma hora de refeição por dia [artigo 1º]. Fixava os salários em 4\$000 réis para homens entre 15 e 45 anos, 5\$000 réis para chefes de campo e artífices, e 3\$000 réis para mulheres. O regulamento também previa assistência para trabalhadores improdutivos, garantindo alimentação, vestuário e tratamento médico para crianças, idosos e doentes, que deveriam realizar serviços compatíveis com suas condições [artigo 4º]. As penalidades por faltas ao trabalho incluíam desde reclusão de dois dias a um mês e corte de metade da alimentação para ausências de oito dias a um mês. Faltas de um a dois meses resultariam em desconto do salário, até um mês de reclusão em quarto escuro com meia ração, e possibilidade de recrutamento para força de linha ou polícia para homens aptos [artigo 5º, parágrafo 3º].

Essa regulamentação só foi exercida apenas em duas inspeções: Piauí e Canindé. Os escravizados da inspeção de Nazaré foram destinados a outro fim. Em 1873, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas assinou um contrato de 15 anos pra a construção do estabelecimento rural da província do Piauí, abarcando as seguintes fazendas dessa inspeção: Guaribas, Serrinha, Matos, Olho d'Água e Algodões. Os libertos dessas fazendas foram empregados nesse estabelecimento e qualquer outro liberto, dependendo da necessidade. Além dos membros supracitados, essa instituição também aceitaria órfãos e inválidos, essas crianças teriam educação religiosa e física; já os inválidos, teriam as necessidades básicas

supridas, como: comida, remédios e moradia, contanto que aceitasse os regulamentos da mesma (Solimar, 2017).

Foi à saída dos trabalhadores libertos para o estabelecimento rural que fez com que a fazenda Algodões se deteriorasse. Inicialmente foram nomeados alguns encarregados que com o passar do tempo, se comportaram como donos das terras, vendendo-as e oferecendo a familiares; nesse processo de nepotismo, no final do século 18 e 19, as fazendas da inspeção de Nazaré estavam concentradas nas mãos de familiares de inspetores. Uma das consequências desse processo foi a concentração de terras. Entrelaçado a essa concentração, também permaneceu em Algodões, alguns grupos de pessoas negras ligadas às famílias mais antigas; posteriormente, outros grupos chegam à comunidade.

Este processo, em suma, concretizou o retorno da população negra decendente dos trabalhadores que foram forçados a abandonar as fazendas em 1871 para o trabalho na colônia agrícola em Floriano. O retorno está associado, em certa medida, a ação de antigos administradores de Algodões, como a família Vieira, decendente direta do Capitão Antonio Vieira de Couto inspetor de Nazaré denunciado por Esperança em 1770. Os Vieira a partir do final do século 18 tornaram-se próximos do poder, instalando alguns membros em cargos públicos. Embora não fossem funções destacadas, eram estratégicas para influenciar sobre a administração das fazendas nacionais, a exemplo de Antonio Vieira da Silva que serviu na Tesouraria de Fazenda, repartição responsável pelas fazendas, na segunda metade do século 19, quando se inicia o processo de abandono governamental das propriedades. (APEP 1863-1867 apud Solimar, p. 212).

No final do século 19, a fazenda estava sob tutela de José Francisco Vieira, seu filho, Marcimino Vieira da Silva, foi o decendente responsável; já no século 20, na década de 40, quando Algodões e outras propriedades passaram para os domínios do Estado, a neta de José Francisco Vieira, Maria de Deus Vieira era a responsável. Na década de 70, a propriedade é vendida para uma família de negros.

A propriedade foi vendida em 1971 para uma família negra, os Evangelista de Sousa, tendo a frente o casal Ambrosio e Izabel. Inicia-se a partir de então o retorno da população negra a fazenda Algodões, cem anos após a sua expulsão para o trabalho forçado na colônia agrícola em Floriano. Os Evangelista eram oriundos da fazenda Cataréns, também propriedade pública pertencente a inspeção Nazaré que fora, supostamente, vendida em 1968 a um rico fazendeiro cearense. O novo proprietário forçou a saída de vários moradores, entre eles Ambrosio e Izabele seus filhos José, Jeronimo, Maria e Ananias, que foram para Santa Alice, zona rural de Floriano, onde passaram cerca de três anos. Santa Alice já abrigava outros parentes do casal, também oriundos da fazenda Cataréns, dentre eles Nicolau Pereira dos Santos, casado com Eva Ferreira dos Santos, e os filhos José, Maria e Virginia. Após o falecimento do pai [ainda residente em Cataréns], Nicolau

resolveu voltar à Catarens, onde fez roçados e perdeu toda a plantação. Nesta época ouviu falar da fertilidade da ribeira do Mucaitá e decidiu mudar para a região, adquirindo, em outubro de 1970, uma roça na comunidade Melancias (Solimar, 2017, p. 213).

Figura 15: Base em pedra possivelmente da antiga residência



Fonte: Bruno Carvalho, 2024.

Figura 16: Região da residência do inspetor da fazenda.

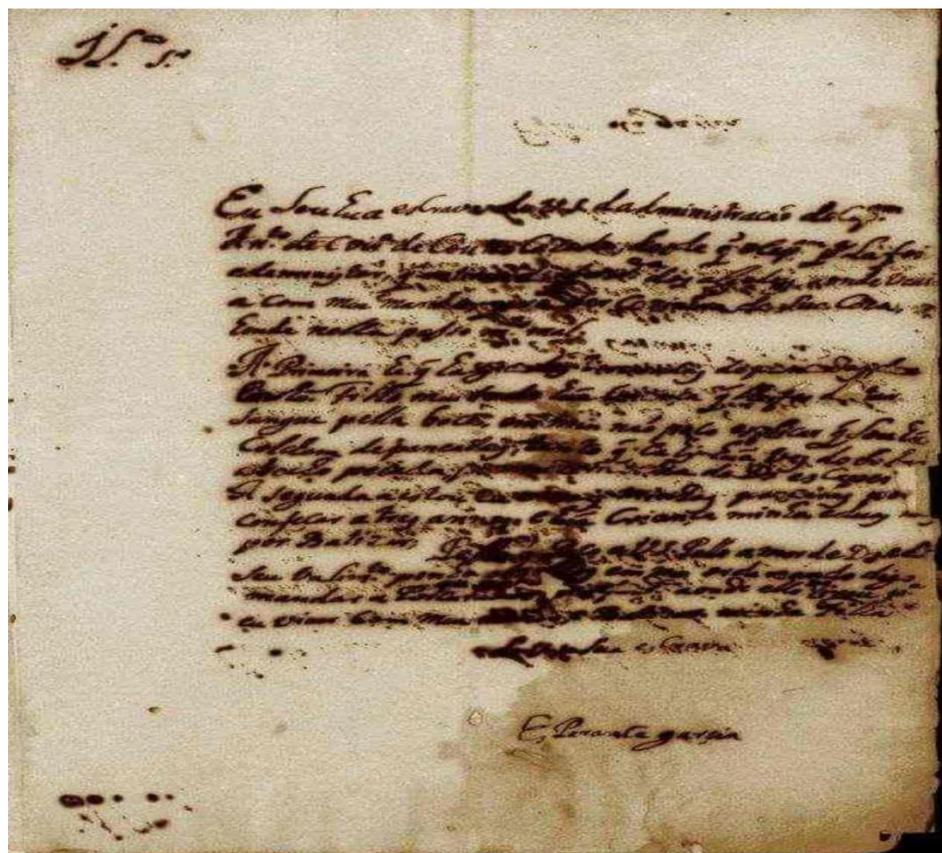


Fonte: Bruno Carvalho, 2024.

A linha verde desenhada representa o local onde a antiga residência da inspeção de Nazaré estava situada, proporcionando uma referência visual da sua localização histórica em relação ao ambiente atual, com uma igreja situada ao final da linha, em sua parte reta.

Tanto o assentamento de Algodões como a cidade de Nazaré possuem a mesma origem, a expansão da Casa da Torre. Essas terras, fazendo parte de uma sesmaria de Mafrense. É nessa fazenda que se supõe o nascimento de Esperança Garcia, uma escravizada marcada pela história em detrimento da escrita de uma petição contra maus-tratos enviada diretamente para o governador da capitania, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro. Seu sobrenome, como afirma Solimar (2017), originou-se do nome do proprietário da fazenda, uma prática muito comum à época.

Figura 17: Carta escrita pela escrava Esperança Garcia



Fonte: UOL, 2021.

O conteúdo da carta exibia denúncias de espancamento contra ela e o filho. Esperança fugiu da Fazenda levando consigo dois filhos. Segundo Mott (2010 apud Solimar, 2017), a escravizada não foi diretamente para Algodões, uma vez que não

houve notícias dela, imagina-se que pode ter se refugiado em matas próximas à fazenda.

Passados oito anos da denúncia e fuga, pode-se, novamente, encontrar Esperança em uma relação de trabalhadoras e trabalhadores da fazenda Algodões. Dentre homens e mulheres escravizadas, havia um casal, Ignácio e Esperança. Ele, um negro de Angola, de 57 anos; ela, crioula, com 27 anos. Na relação aparecem também sete crianças. Supostamente, se estivessem vivos, a filha de Esperança poderia ser a crioulinha Paula, com nove anos. Quanto ao filho, temos duas possibilidades: Pedro, com 11 anos ou Manoel de 13, que teria, neste caso, de fato, cinco anos em 1770. Esperança, quando escrevera a carta, possuiria 19 anos; aos 16, parira o primeiro filho (Solimar, 2017, p. 200).

Esse ato permanece vivo na memória dos moradores da localidade Algodões como uma marca histórica de resistência. Em uma entrevista realizada na comunidade Algodões no dia 27 de junho, a educadora – que participa do Movimento Negro Unificado (MNU), frente de mulher contra o feminicídio e rede de educação Cidadã (RECID) – Deusantina Maria Ribeiro de Sousa de 60 anos, nascida na comunidade quilombola de Artur Passos/Jerumenha, que atualmente mora na cidade de Nazaré, respondeu algumas perguntas sobre as fazendas e a importância que Esperança Garcia teve para a localidade.

A primeira pergunta destinada à Deusantina diz respeito à história e a memória do local; “Quais são as histórias e memórias mais antigas que você ouviu falar sobre a Fazenda Algodões e toda a comunidade? Quais são as histórias mais antigas que você ouviu sobre a territorialidade da Fazenda Algodões. Qual é a história mais antiga da Fazenda Algodões?”.

Eis que Deusantina respondeu:

“Foi onde viveu Esperança Garcia, uma mulher que foi escravizada em 1770. Ela foi arrancada da Fazenda Algodões para ser cozinheira em Nazaré, na casa do inspetor Senhor Antônio de Couto. Eu sempre digo da violência, *né*, que ela sofreu sendo arrancada. Ela foi violentada sendo retirada do Algodões para ser cozinheira em Nazaré, e chegando lá, essa violência continuou. Esperança Garcia, ao chegar em Nazaré, foi presa, espancada, peiada, jogada de sobrado abaixo, sofreu tentativa de estupro, e tudo isso porque ela denunciava os maus tratos. Ela tem essa grande representatividade como uma pessoa que lutou. De certa forma, ela foi uma das pioneiras na questão de não se deixar ser levada. Ela escreveu cartas, lutou pelos direitos. Eu fico arrepiada quando falo disso, porque Esperança Garcia era a voz coletiva. Ela não buscava só o direito dela, mas de todo o seu povo que era escravizado. Foi uma mulher corajosa, que em 1770 teve a coragem de denunciar, de gritar”.

A segunda pergunta feita à educadora foi: “Existem ruínas ou marcos históricos que podem ser vistos e ainda lembrados pela comunidade?”. Sua resposta foi:

“Na comunidade, por exemplo, temos talheres como facas, garfos, alguns pedaços de louça que imaginamos ser das grandes fazendas, pois pobre negro não tinha acesso a essas coisas. Ainda hoje, encontram chaves, colheres, facas, garfos, muitas coisas dessas grandes fazendas”.

Figura 18: artefato encontrado no assentamento Algodões³



Fonte: Bruno Carvalho, 2024.

A terceira pergunta fazia alusão às atividades desenvolvidas em Algodões: “Você sabe dizer quais eram as principais atividades econômicas? Como era o dia a dia? Havia troca de turnos entre as fazendas?”. Deusantina respondeu: “Na verdade, eu acredito que como era um trabalho de pessoas escravizadas, era um trabalho muito pesado. Eles não tinham liberdade de escolha. Não havia turnos. Era trabalho até a hora que os senhores queriam”.

A quarta pergunta feita à Deusantina era se havia comércio entre fazendas: “Naquela época, o que valia era a troca. As fazendas trocavam mercadorias, produtos da pecuária e agricultura. Existia uma tradição ou costume passado de

³ O objeto em questão foi encontrado e polido por uma moradora local, Odinea Ferreira de Andrade.

geração em geração? Na parte da culinária, ainda temos a rapadura, os engenhos, o pilão, o fogo à lenha, e o baião. Essas histórias são a ancestralidade presente nas comunidades”.

A quinta pergunta feita: “Existem festas, rituais, celebrações específicas que ainda são realizadas?” Deusantina respondeu: “Sim, como o baião, que é muito comum aqui, e os festejos onde rezam benditos tradicionais e têm bezedeiras. Ainda temos a nossa história na comunidade, passada de geração em geração”.

A sexta pergunta relacionada ao que a comunidade é hoje: “Existe algum objeto específico com que a comunidade se identifique? Algo de importância comum?”. Deusantina elucidou: “Não, cada festa tem seu padroeiro, seu ritual. O trabalho em mutirão é muito forte aqui, como antigamente chamavam de adjunto. Homens trabalham juntos, ajudam uns aos outros, trocam trabalho. Esse espírito de ajuda mútua é muito forte e importante nas comunidades. Trabalham juntos, cantam, contam histórias, sorriem, vivem a comunidade. Isso é muito importante e se está perdendo”.

A sétima pergunta: “O que você considera mais importante preservar sobre a história e cultura da comunidade?”. Deusantina respondeu: “Acho que são esses valores de comunidade, de trabalho em mutirão. Em um mundo de individualismo, isso é muito forte aqui. Na comunidade, é importante preservar essa ajuda mútua, o trabalho em conjunto, a memória de Esperança Garcia, que é uma figura de referência”.

A oitava pergunta foi: “Quais são os maiores desafios que a comunidade enfrenta atualmente em relação à preservação da história e cultura?”, ela respondeu: “Um dos desafios é a influência das redes sociais, que tiram um pouco daquilo que temos, mostrando o que eles acham que tem valor. Nossos jovens vão estudar na cidade e acabam perdendo as tradições da comunidade, como as festividades juninas”.

E nona e última pergunta foi: “Existe algum projeto ou iniciativa em andamento visando à preservação da história e cultura da comunidade? ”, a educadora respondeu: “Não há projetos ativos no momento. A história de Esperança Garcia é mais conhecida fora do que aqui. A memória dela é importante, mas pouco conhecida na comunidade. Projetos como documentários ajudam a trazer mais pesquisa e atenção para a comunidade. A professora Sueli Rodrigues trabalhou

muito para preservar essa memória. Documentários e pesquisas são formas de ajudar a trazer mais visibilidade e preservar a história”.

3.1 Percalços para a detecção das fazendas

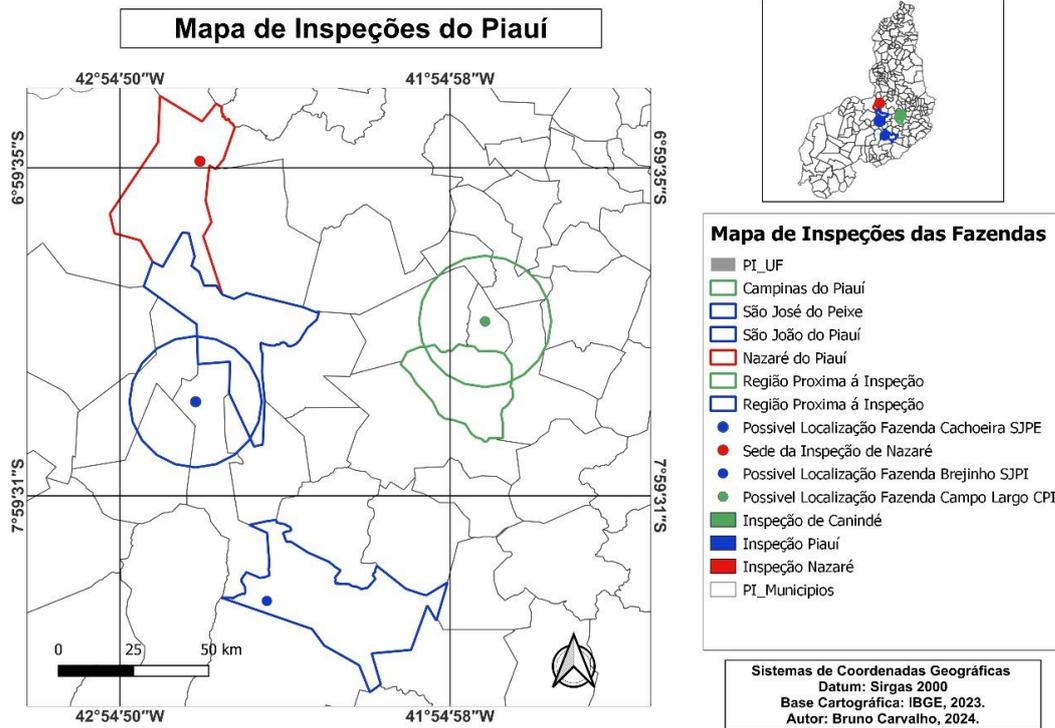
Com o confisco das fazendas, tanto os vaqueiros como os sitiantes foram expulsos das terras; ao serem confiscadas, as mesmas ficaram sob a guarda dos oficiais da Câmara da Vila da Mocha, admitindo a função de depositários de fiéis. Após esse confisco, elas deveriam ser levadas a leilão público no prazo de um ano, todavia, esse leilão nunca ocorreu. De acordo com Nunes (1981):

A cousa [...] ficou como estava, porque o Piauí, com população pequena e pobre, não apresentava possibilidades para transações de tamanho porte, em tão curto período, e a população rica do litoral não se aventuraria numa empresa em sertão dos mais longínquos e temerosos. (Nunes, 1981, p. 66)

A partir dos autores pesquisados e levantados, não há um encontro de informações sobre as fazendas, uma das poucas informações que estavam em consonância, dizem respeito a uma divisão de quatro grandes grupos: Capela Grande, Capela Pequena, Noviciado e os bens do Colégio; quanto ao afunilamento das fazendas e cada inspeção, não se sabe ao certo quais foram doadas e quais foram redirecionadas a novos grupos/inspeções. As três inspeções citadas anteriormente são: Inspeção de Nazaré, do Piauí e Canindé. Segundo Pereira da Costa (1974), em seus estudos, ele faz a enumeração das fazendas que constituíam cada grupo; a fazenda Algodões era sede da inspeção de Nazaré; as fazendas Brejinho e Cachoeira eram sede da Inspeção do Piauí e por último, a fazenda Campo Largo era sede da inspeção de Canindé.

Figura 19: Fazendas Sedes das Inspeções⁴

⁴ Foi criado um georreferenciamento, da área das fazendas, nas inspeções buscando pesquisar no mapa, usando de toponímia semelhantes à das fazendas, em seguida delimitando a área, com pontos. Após a delimitação das localidades, foi criado um vetor (buffer) de 0,200000 graus para demarcar as demais áreas que se encontravam fora das respectivas inspeções.



Fonte: Sistema de coordenadas Geográficas, IBGE (2023).

Segue em anexo, a construção de três tabelas a partir do viés do autor Pereira da Costa (1974).

Tabela 1: Inspeção de Nazaré

Fazenda	Área
Gameleira	3 léguas de Norte a Sul e 3 Leste a Oeste
Guaribas	3 léguas de Norte a Sul e 4 Leste a Oeste
Matos	4 léguas de Norte a Sul e 2 Leste a Oeste
Lagoa de São João	4 léguas de Norte a Sul e 2 Leste a Oeste
Olho d'Água	2 ½ léguas de Norte a Sul e 1 ½ Leste a Oeste
Mocambo	3 léguas de Norte a Sul e 3 Leste a Oeste
Serrinha	2 léguas de Norte a Sul e 3 Leste a Oeste
Jenipapo	3 léguas de Norte a Sul e 2 Leste a Oeste
Algodões	4 léguas de Norte a Sul e 4 Leste a Oeste
Cataréns	3 léguas de Norte a Sul e 3 Leste a Oeste
Tranqueira	3 léguas Norte a Sul e 2 Leste a Oeste

Fonte: Pereira da Costa (1974).

Tabela 2: Inspeção do Piauí

Fazenda	Área
Salinas	6 léguas de Norte a Sul e 1 Leste a Oeste
Brejinho	4 ½ léguas de Norte a Sul e 1 ½ Leste a Oeste
Fazenda Grande	3 léguas de Norte a Sul e 1 Leste a Oeste
Boqueirão	7 léguas de Norte a Sul e 1 Leste a Oeste
Gameleira	3 léguas de Norte a Sul e 2 Leste a Oeste
Caché	1 légua de Norte a Sul e ½ Leste a Oeste
Serra Cajazeiras	3 léguas de Norte a Sul e 2 Leste a Oeste
Mocambo	3 léguas de Norte a Sul e 1 Leste a Oeste

Cachoeiras	4 léguas de Norte a Sul e 1 ½ Leste a Oeste
Espinhos	4 ½ léguas Norte a Sul e 1 Leste a Oeste
Julião	5 léguas Norte a Sul e 14 Leste a Oeste

Fonte: Pereira da Costa (1974).

Tabela 3: Inspeção do Canindé

Fazenda	Área
Ilha	2 léguas de Norte a Sul e 2 ½ Leste a Oeste
Pobre	3 léguas de Norte a Sul e 2 Leste a Oeste
Baixa dos Veados	Sem dados levantados pelo autor
Sítio	2 léguas de Norte a Sul e 2 Leste a Oeste
Tranqueira	3 ½ léguas de Norte a Sul e 3 Leste a Oeste
Poções	4 léguas de Norte a Sul e 2 Leste a Oeste
Saco	4 léguas de Norte a Sul e 4 Leste a Oeste
Saquinho	Sem dados levantados pelo autor
Castelo	2 léguas de Norte a Sul e 2 Leste a Oeste
Buriti	2 léguas Norte a Sul e 1 ½ Leste a Oeste
Campo Grande	4 léguas de extensão
Campo Largo	5 léguas de extensão.

Fonte: Pereira da Costa (1974).

Esse dentre todos os estudiosos, foi o que trouxe mais riqueza de detalhes sobre as fazendas nacionais constituídas pelo sertanista.

Já para Nunes (2007), a inspeção de Nazaré teria se constituído em Nazaré e esta não aparece em nenhum documento como uma fazenda; na inspeção do Piauí, a sede seria Brejo de São João e a inspeção de Canindé, Brejo de Santo Inácio.

Maria Betânia Furtado (2019) explica que em um documento autoral do próprio governador do Piauí, João Pereira Caldas, no ano de 1761, há a menção de uma possível venda dessas fazendas e o dinheiro arrecado das mesmas tinha como objetivo, custear obras públicas, essa venda não ocorreu, mas os bens móveis foram leiloados, o que rendeu uma quantia de 143/190\$ (réis).

O próximo capítulo trouxe a metodologia utilizada para o levantamento dos dados sobre as fazendas; assim como o tipo de pesquisa, contexto da pesquisa, seleção do corpus, instrumentos para a geração de dados e procedimentos para análise.

4 METODOLOGIA

A pesquisa científica é baseada na compreensão científica de um ou mais aspectos de um determinado assunto ou problemática. Portanto, deve ser apresentada de forma sistemática e crítica, contribuindo para o avanço do conhecimento humano (Prodanov e Freitas, 2013).

Nessa conjectura, nesse capítulo, buscou-se apresentar a metodologia de pesquisa adotada para a realização deste trabalho, como: o tipo de pesquisa, o contexto de pesquisa, seleção do *corpus* e procedimentos, assim como os instrumentos para a geração de dados e procedimentos para análise.

4.1 Tipo de pesquisa

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa possui uma abordagem interpretativa do mundo, ou seja, os pesquisadores estudam os cenários sociais, cujo objetivo é entender os fenômenos que não podem ser quantificáveis. Em concordância com os autores supracitados, Vieira e Zouain (2005) concordam que a notoriedade da pesquisa qualitativa é contemplada por meio do ponto de vista dos indivíduos sociais envolvidos, dos discursos e aos significados transmitidos pelos mesmos.

Nesse viés, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que estão envolvidos. Os métodos qualitativos são adequados quando buscamos entender se os fenômenos em questão são de cunho social e complexo que não tendem à quantificação, ou seja, usamos quando o entendimento do contexto social e cultural do *corpus* é essencial para a pesquisa.

Como pesquisa de caráter documental, Mazzoti (1998) explica as dimensões deste tipo de pesquisa:

[...] considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação (...) a análise de documentos pode ser a única fonte de dados - o que costuma ocorrer quando os sujeitos envolvidos na situação não podem mais ser encontrados - ou que pode ser combinada com outras técnicas de coleta, o que ocorre com mais frequência. Nesses casos, ela pode ser usada, tanto como técnica exploratória como para checagem de dados (Mazzoti, 1998, p. 169).

Embasada em uma abordagem qualitativa de caráter teórico-crítico, motivada pela revisão bibliográfica, essa pesquisa visa também a análise de dados, também

em uma perspectiva crítica, que como dito por Mazzoti passa a ser um item essencial na elaboração e execução de pesquisas:

A produção do conhecimento não é um empreendimento isolado. É uma construção coletiva da comunidade científica, um processo continuado de busca, no qual cada nova investigação se insere, complementando ou contestando contribuições anteriormente dadas ao estudo do tema. A formulação de um problema de pesquisa relevante exige, portanto, que o pesquisador se situe nesse processo, analisando criticamente o estado atual do conhecimento em sua área de interesse, comparando e contrastando abordagens teórico-metodológicas utilizadas e avaliando o peso e a confiabilidade de resultados de pesquisa, de modo a identificar pontos de consenso, bem como controvérsias, regiões de sombra e lacunas que merecem ser esclarecidas (Mazzoti, 1998. p. 179).

Dessa forma, essa abordagem de pesquisa consiste em observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas e sistemas. Em resumo, a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos que dizem respeito a aspectos da realidade não quantificáveis, buscando uma compreensão e explicação do social.

É indispensável também examinar como a arqueologia histórica apresenta diversos parâmetros que podem nos ajudar a melhor compreender os contextos do passado e as mudanças que decorrem do tempo. O principal objetivo da arqueologia histórica é entender e interpretar as sociedades passadas por meio da análise de materiais arqueológicos, documentos históricos e outras fontes de informação disponíveis. Isso pode incluir o estudo de artefatos, estruturas arquitetônicas, restos humanos, escritos, mapas, registros contábeis, testamentos entre outros.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “as transformações e consequências para formação de sítios arqueológicos, são analisados pela arqueologia histórica”. Dentro dessa perspectiva, Orser e Funari (2004, p.22) relatam que “a arqueologia histórica pode estudar a materialidade deixada pelos grupos do passado, em articulação com as fontes escritas e orais, enfatizando que o registro escrito tende a ser “lido” nas agendas políticas em que a arqueologia está inserida”.

No geral, a arqueologia histórica desempenha um papel fundamental na complementação e ampliação do nosso entendimento do passado, oferecendo insights valiosos sobre as sociedades e culturas que moldaram o mundo em que vivemos hoje.

A fim de evidenciar a contribuição da arqueologia histórica nesse trabalho sobre a construção de conhecimento do passado humano, Anders Andrén (1997)

lista algumas razões para estudar os materiais de períodos históricos e documentais:

A primeira é a necessidade sensorial e quase literal de tocar o passado. Como, por exemplo, os estudos arquitetônicos [...] A terceira razão é a condição da cultura material como suporte para memória, ou valor histórico dos objetos, que no caso da arqueologia é representada por seus vestígios [...]

Neste trabalho, “tocar o passado”, com os estudos arquitetônicos, documentos escritos, ressignificações das fazendas do Piauí ao longo do tempo, produzido no levantamento bibliográfico, é visto como um suporte para memória local, tais como as estruturas ainda erguidas em seus locais de origem.

Entretanto, a arqueologia histórica não é apenas voltada para os estudos arquitetônicos, das casas e das empresas do passado, dos armazéns ou de quaisquer estruturas erguidas. Busca também analisar os vestígios documentais escritos, e o uso destes perante o nosso trabalho torna-se significante. Permitindo evidenciar como se deu a construção da sociedade piauiense e analisar a importância das Fazendas Nacionais na formação de seus centros urbanos.

4.2 Contexto da pesquisa

Nossa proposta teve como planejamento realizar uma pesquisa cujo cenário são as Fazendas Nacionais.

A seleção do *corpus* para análise nesta monografia foi feita a partir da utilização de escritos sobre a construção histórica no estado do Piauí, com um afunilamento para as fazendas nacionais que mais contribuíram para a construção da terra piauiense.

O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (Deslauriers, 1991, p. 58).

Para geração de dados, realizou-se uma pesquisa de teor qualitativo através de um levantamento bibliográfico sobre o povoamento do Piauí através das fazendas de gado. A coleta dos dados do presente estudo ocorreu por meio de busca nos sites: *Scribd*, *Academia.edu*, *Repositório USP*, *Google Acadêmico* e *Scielo*. Também contou com buscas no Acervo Público do Estado do Piauí. Para realizar a busca desses escritos em meio digital e físico, utilizou-se as seguintes

palavras-chave: 1. Formação do Piauí, 2. Fazendas de gado na era colonial, 3. Ocupação territorial no Piauí, 4. Fazendas nacionais e 5. Padres e fazendeiros na era colonial.

Para seleção dos escritos foram aplicados os critérios de inclusão, obedecendo aos seguintes aspectos: As produções científicas publicadas nas últimas décadas sobre o processo de povoamento do estado do Piauí no que concerne a implantação de fazendas de gado como forma de conquista do território. Todos os textos selecionados possuem legibilidade e são completos em língua portuguesa, em relação aos critérios de exclusão, para essa pesquisa não foram selecionados artigos e trabalhos sem o texto completo.

Portanto, é importante ressaltar que esses critérios de inclusão servem para manter a coerência com a questão de pesquisa previamente estabelecida. Assim, o critério de inclusão e exclusão de artigos deve ser guiado de forma clara e criteriosa, uma vez que estes representem um indicador de qualidade nas conclusões finais da pesquisa.

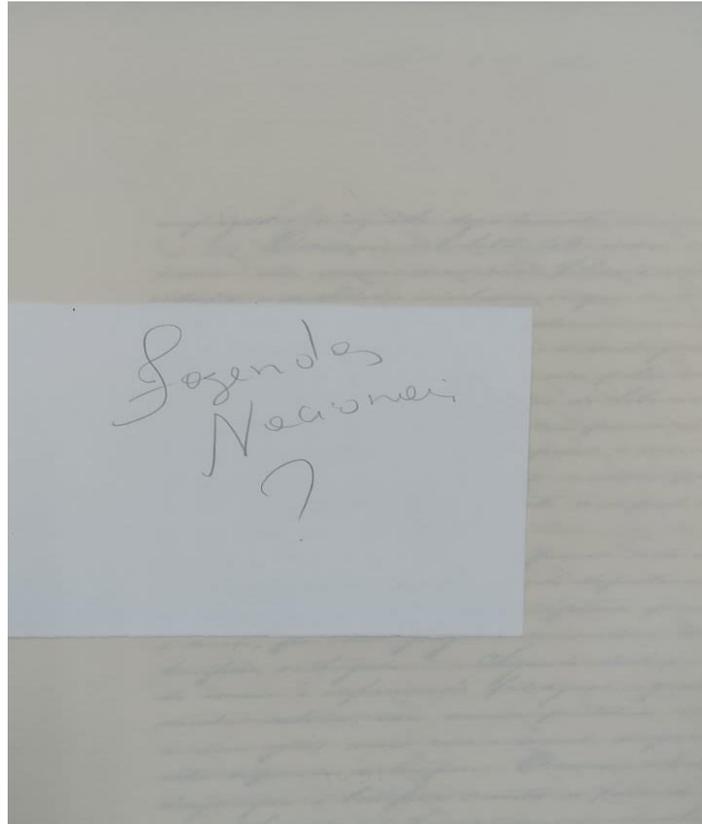
Além disso, foi elaborado, em arquivo eletrônico, uma ficha para anotações dos aspectos históricos observados visando sistematizar os elementos na construção de cada aspecto que diz respeito às fazendas nacionais.

4.3 Procedimentos para análise

Para análise dos dados, procurou-se identificar aspectos históricos sobre as fazendas nacionais, aspectos esses que foram discutidos no segundo e terceiro capítulo dessa monografia. Ademais, foi realizada no dia 27 de junho, uma viagem de campo para o assentamento Algodões que pertence ao município Nazaré do Piauí. Uma educadora e representante da comunidade, Deusantina Maria Ribeiro de Sousa de 60 anos, participou voluntariamente de uma entrevista composta por 9 questões sobre a antiga fazenda Algodões e Esperança Garcia, uma escravizada que ao escrever uma carta denunciando os abusos sofridos, entrou para a história, por sua resiliência e bravura. Adotou-se uma abordagem qualitativa, visando a compreensão aprofundada das histórias, memórias e impactos culturais da Fazenda Algodões.

O roteiro da entrevista incluiu perguntas abertas que permitiram uma exploração aprofundada dos temas, abordando desde as histórias e memórias mais

antigas da Fazenda Algodões até os desafios atuais da comunidade na preservação de sua história e cultura. A entrevista foi gravada e posteriormente transcrita para análise. Os recursos necessários para a execução da pesquisa incluíram um gravador de áudio, câmera fotográfica, computador com software de transcrição e análise de dados, custos de deslocamento e materiais de apoio.



Fonte: Bruno Carvalho, 2023.

Na Imagem acima, durante as pesquisas no Arquivo Público, uma subseção perdida nomeada de “Fazendas Nacionais?”. Foi catalogada aos arquivos já definidos como pertencentes às Fazendas Nacionais, não há uma certeza de que eles resgatam a história desses empreendimentos rurais, uma vez que a maioria dos documentos está gasta e ilegível.

A deterioração dos documentos é um problema comum em arquivos públicos. Papéis antigos, livros de registro e mapas frequentemente sofrem com a ação do tempo, sendo vítimas de fatores como umidade, temperatura inadequada, pragas e manuseio inadequado. A fragilidade dos materiais arquivísticos resulta em perda irreparável de informações, tornando difícil reconstruir a história das fazendas nacionais com precisão.

Além disso, a má conservação nos arquivos públicos agrava a situação. Muitos arquivos carecem de recursos e infraestrutura adequados para preservar documentos históricos. A falta de sistemas de controle ambiental, como climatização e controle de umidade, acelera a deterioração dos materiais. A ausência de digitalização e catalogação eficiente também impede o acesso e a preservação de informações valiosas.

Outro desafio é a dispersão dos documentos. Muitas vezes, os registros históricos das fazendas nacionais estão espalhados em diferentes instituições e localidades, dificultando a pesquisa integrada e abrangente. A falta de políticas de preservação e organização coesa entre as instituições contribui para a fragmentação da memória histórica, a exemplo disso, o testamento de Domingos Mafrense que está atualmente no estado da Bahia, além disso, após um contato com o AP piauiense, também fora relevado que a carta original de Esperança Garcia não se apresenta juntamente a esses arquivos que marcaram a história construtiva do Piauí.

A partir do levantamento bibliográfico, as primeiras cidades detectadas que tiveram formação das propriedades rurais foram: Oeiras, Floriano, Campinas do Piauí, Simplício Mendes, Conceição do Canindé, Canto do Buriti, São João do Piauí e Nazaré do Piauí. Dessas cidades, as únicas que não foram obtidas informações mais detalhadas foram Canto do Buriti, São João do Piauí e Conceição do Piauí. Não foram encontrados registros dessas cidades no arquivo público em detrimento da má conservação dos documentos e nenhum trabalho publicado em um viés historiográfico da sua origem a datar de uma fazenda nacional; o mesmo se aplica a outras cidades.

A primeira cidade catalogada foi Floriano e o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara, afirmando um contrato entre o governo e o engenheiro Francisco Parente, dando para o Estado, duas vantagens: reestruturação das fazendas que já não eram mais tão produtivas e a desoneraria do próprio Estado, auxiliando na Educação dos escravizados libertos. No mais, introduzir lavouras de algodão, cana-de-açúcar, cereais, e implantar fábricas de queijos, sabão, charqueadas e curtume, além de construções como residência, casa de oração, enfermaria, salas de aulas, entre outras. Francisco Parente deveria receber verbas da Secretaria da Agricultura durante cinco anos, com receitas controladas pela Tesouraria de Fazenda da província.

Mesmo com as limitações da época, o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara representa um marco na história da educação agrícola e nas políticas de integração social e econômica dos libertos no Brasil pós-escravidão. Em 1887, a sede da colônia foi elevada à categoria de vila, chamada Vila da Colônia. Em 1897, a vila foi elevada à categoria de cidade e renomeada Floriano, em homenagem a Floriano Peixoto. A cidade continuou a se desenvolver, destacando-se hoje como

um importante centro econômico, educacional e de saúde na região sul do Piauí, refletindo a transição de uma economia baseada na pecuária para um polo de serviços e educação.

A cidade encontrada, Campinas do Piauí com o empreendimento da fábrica de laticínios; importando a primeira fábrica para o estado piauiense. A pioneira foi responsável por receber o leite das fazendas nacionais tão grande importância teve que seu maquinário foi importado da Inglaterra e transportado via marítima e fluvial pelo rio Parnaíba, um feito extraordinário para a época. A instalação da fábrica foi seguida pela construção de uma vila operária para os funcionários, muitos dos quais se fixaram na região. O povoado de Campos, parte do Município de Simplício Mendes, foi elevado à categoria de cidade em 1964. Devido a grandes secas e à dizimação dos rebanhos, a fábrica funcionou até 1947. Atualmente, o edifício está abandonado e em estado precário, mas é tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural do Estado desde 1990 e pelo Iphan desde 2015. Simplício Mendes, outra cidade piauiense, adveio da instalação da fábrica de laticínios.

A terceira cidade que se originou de uma fazenda nacional foi a antiga capital do estado, Oeiras, escolhida pelos caminhos favoráveis para conectar regiões como o estado do Ceará e Maranhão. Ademais, existia também uma via capaz de ligar o litoral pernambucano ao interior do Piauí, contribuindo para que tal lugar fosse escolhido para ser a capital do Estado para aproveitar as potencialidades da região. Atualmente, a cidade conta com o título de principal comerciária do Vale do Rio do Canindé, sua área comercial localiza-se no Mercado Público Municipal e articula cerca de 100 mil pessoas em torno disso. Além disso, o município conta com o valor histórico, sendo uma região turística em detrimento do seu forte caráter religioso, sendo um ponto de peregrinação de fieis.

Por fim, Nazaré do Piauí, foi a última cidade encontrada a partir da origem de uma fazenda nacional; sua história mostra a mudança da economia agrícola para um núcleo urbano, e as tradições e culturas locais foram significativas. Resquícios dessa transição podem ser vistos nas edificações antigas e na memória coletiva dos habitantes da cidade. Eles ainda contam histórias das primeiras famílias que se instalaram lá e o crescimento econômico e social que se seguiu. Além disso, as festas e celebrações que acontecem ao longo do ano mostram que Nazaré do Piauí mantém tradições culturais e religiosas vivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática levantada nessa monografia sobre a notoriedade que as fazendas nacionais tiveram para a formação do estado piauiense mostrou um panorama complexo. Através da pesquisa de campo, do levantamento bibliográfico e documental, foi possível identificar os principais desafios para a preservação e manutenção da história e memória do Piauí.

As fazendas nacionais que deram origem aos núcleos urbanos encontrados como: Oeiras, Floriano, Simplício Mendes, Campinas do Piauí e Nazaré Do Piauí, não só impulsionaram a economia, como também influenciaram na organização política e social. A transição da pecuária e agricultura para a fábrica demonstrou as mudanças significativas advindas do tempo; entretanto, a deterioração de documentos históricos é um problema grave que compromete a reconstrução precisa da história dessas fazendas.

Apesar das limitações encontradas, a pesquisa revelou informações importantes sobre as cidades formadas a partir das fazendas nacionais. A análise da cidade de Floriano, com o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara, destacou o impacto das políticas de integração social e econômica dos libertos no Brasil pós-escravidão. A instalação da primeira fábrica de laticínios em Campinas do Piauí e a importância histórica de Oeiras como capital do estado reforça a relevância dessas fazendas para o desenvolvimento regional. Nazaré do Piauí, por sua vez, exemplifica a transição de uma economia agrícola para um núcleo urbano, mantendo vivas suas tradições culturais e religiosas.

Portanto, a preservação e a digitalização dos documentos históricos são essenciais para garantir o acesso e a conservação da memória das fazendas nacionais. Investimentos em infraestrutura e políticas de preservação coordenadas entre as instituições são necessários para evitar a perda de informações valiosas e possibilitar uma reconstrução mais precisa da história do Piauí.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. Capristano de. **Capítulos de História Colonial (1500- 1800)**. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.
- ALMEIDA, Caroline Carvalho. **Sobre o Material e o Intangível: A Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Arqueologia, Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2022. p. 155.
- ALVES-MAZZOTI, Alda Judith. Revisão da Bibliografia. In. ALVES MAZZOTI, Alda Judith, GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998. p. 179-188.
- ANDRÉN, A. **Between Artifacts and Texts: Historical Archaeology in Global Perspective**. Springer, 1997.
- ANPUH. **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História** , Aracaju, setembro de 1975.
- ANUALPEC. **Anuário da Pecuária Brasileira**. São Paulo: Instituto FNP, 2006. 369p.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Prefeitura Municipal de Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Rapto de mulheres: estratégia na formação de núcleos familiares, Capitania do Piauí, século XVIII. **Revista de pesquisa histórica**, n. 29.2, 2011.
- CARVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Teresina: devidos para a História do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ENNES, Ernesto. **A guerra dos Palmares**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.
- FURTADO, Maria Betânia Guerra Negreiros. **Os jesuítas no sertão do Piauí: 50 anos entre fazendas e rebanhos (1711 – 1760)**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019, p. 189.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Ana Beatriz Sousa; SOLIMAR, Oliveira Lima. **Africanidades e afrodescendência na produção de saberes da universidade pública: a experiência da UFPI**. Teresina: EDUFPI, 2017.

G1. Oeiras se apresenta como opção para o turismo religioso e histórico. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/05/oeiras-se-apresenta-como-opcao-para-o-turismo-religioso-e-historico.html>. Acesso em: 26 fev. 2024.

IPHAN (Superintendência do Piauí). **Estabelecimentos das Fazendas Nacionais do Piauí**. Dossiê de Tombamento, volume 1. Teresina, 2008.

IPHAN. **Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras**: Dossiê de Tombamento. Teresina: Iphan/MinC, 2009.

IPATRIMÔNIO. Oeiras: Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/oeiras-igreja-de-nossa-senhora-do-rosario/#!/map=38329>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MISERICÓRDIA DE OEIRAS. História. Disponível em: <https://misericordia-oeiras.pt/instituicao/historia/>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MELO, Cláudio. **Os jesuítas no Piauí**. Teresina: [s.ed.], 1991.

MOTT, Luiz R.B. **Piauí Colonial; População, Economia e Sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. V. 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

NUNES, O. **Depoimentos históricos**. Teresina: Companhia Editora do Piauí, 1981.

OSER, Charles E. Jr.; FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia da resistência escrava**. In: Cadernos do LEPAARQ. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, v. 1, n. 2, p. 11-25, 2004.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

QUEIROZ, T. **Economia piauiense: da pecuária e extrativismo**. 3. Ed. Teresina: UFPI, 2006.

RODRIGUES, Joselina Lima Pereira. **Estudos regionais: Geografia e História do Piauí**. 3. ed. Teresina: Halley, 2005.

SAMPAIO, A. J. **Petição dirigida aos ilustres membros do Congresso Nacional pelo Dr. Antônio José Sampaio: arrendatário nas Fazendas Nacionais no Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1899.

SERTÃO, Domingos Affonso. **"Testamento de Domingos Afonso Sertão, Descobridor do Piauí"**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XX, pp. 140-64, Rio de Janeiro, 1867.

SPIX & MARTIUS. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Melhoramentos, 1938.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VILHENA, M. A. G. **Vôo de Ícaro: tensões e drama de um industrial no sertão**: Teresina; Halley, 2006.